



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

A (des)militarização das Polícias Militares e o Uso de Meios Coercivos no Brasil

Cristiano Munhoz

Projeto de Investigação para a dissertação de mestrado em Ciências Policiais
Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação científica:

Prof. Doutor Nuno Caetano Lopes Barros Poiares
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Fevereiro de 2018

CRISTIANO MUNHOZ

VIII Curso de Mestrado

**A (des)militarização das Polícias Militares e o Uso de
Meios Coercivos no Brasil**

Orientador:

Doutor Nuno Caetano Lopes Barros Poiares

Fevereiro de 2018

Aos meus pais, Vilmar e Alzira, pelo amor, sacrifício e renúncia que tem por mim nessa reencarnação, e pela coragem de suportarem minha ignorância, amo vocês.

Aos meus familiares e amigos que muito contribuem para minha caminhada, amo vocês.

A todos os policiais militares honestos, que são a última barreira entre o bem e o mal, os cães pastores que separam os lobos das ovelhas, aqueles que arriscam suas vidas em prol de uma sociedade que não lhes compreende, prestando seus serviços entre sorrisos e lágrimas. Que Deus continue a iluminar seus passos!

Agradecimentos

Inicialmente agradeço ao Capitão João Marcelo dos Santos Gonçalves, pela amizade e pela generosidade de ter realizado as tratativas entre o ISCPSI e a Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul, a fim de que oficiais pudessem cursar o mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nuno Poiares, que mesmo a milhares de quilômetros nunca deixou de sanar as dúvidas e dar a devida orientação no trabalho que ora se apresenta.

Ao Capitão e mestre Giovanni Bortolini pelos sábios conselhos, desprendimento e auxílio incondicional na organização metodológica da presente dissertação.

Aos meus colegas do mestrado, pelo constante auxílio e por propiciarem momentos inesquecíveis no velho continente.

Ao Coronel Jefferson de Barros Jacques e o Tenente-coronel Armim Hugo Muller Neto, juntamente com o Major Alessandro Augusto Bernardes dos Santos, por terem feito deste desejo algo possível.

Ao Major Átila Mesadri Pezzeta e aos Capitães Eduardo Senter, Guilherme Fregapani, Douglas Moraes Silveira e Maurício Paraboni Detoni, pelo auxílio na revisão da pesquisa.

Ao Tenente-coronel Martim Cabeleira de Moraes Júnior, Capitão Aldo José do Amaral Pereira e Tenente Cleise Azzolin Coimbra, pelo empréstimo de valioso material de pesquisa.

A minha família e amigos, pelo carinho e incentivo nesta grande experiência de residir alguns meses fora do Brasil e cursar o mestrado.

A todo o efetivo da Corregedoria-Geral da Brigada Militar, pelo apoio na realização do mestrado.

A todos os funcionários do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Perplexos ficamos todos nós diante das rogativas das pessoas que solicitam ajuda com os lábios, e nunca com ações; que muito pedem, e nunca doam; que somente visualizam as necessidades próprias, e nunca vêem a vida como um ritmo cósmico, interconectado com todas as coisas, de maneira que o “todo” é mantido pelo apoio das “partes”. (Hammed, na obra Renovando Atitudes)

Resumo

A presente pesquisa pretendeu analisar o papel da polícia na atualidade, a história das polícias militares, uso dos meios coercivos, o contexto da discussão sobre desmilitarização, apontando fatores contra e a favor, e como ela poderia influenciar na diminuição das ações abusivas perpetradas por policiais militares. Também foram verificadas possíveis medidas para a diminuição do uso abusivo da força, desde a formação do profissional, passando pelos fatores estressores até as formas de controle correcional de suas ações. Verificou-se que a sociedade brasileira é culturalmente violenta, e que o número de homicídios é maior que países em guerra. A polícia militar está na linha de frente da segurança pública brasileira, e por esta razão, perante o quadro de hipercriminalidade, os confrontos armados são inevitáveis, restando altos índices de óbitos. Todavia, as estatísticas utilizadas na maioria das pesquisas não condizem com o sistema constitucional e infraconstitucional vigentes, pois é necessária uma sentença penal condenatória transitada em julgado para estabelecer se a morte resultante do confronto foi dolosa, culposa ou escudada em uma excludente de ilicitude. O trabalho consistiu em uma ampla revisão bibliográfica, buscando trazer com imparcialidade argumentos contra e a favor da desmilitarização, assim como todos os fatores dela decorrentes.

Palavras-chave: desmilitarização; uso de meios coercivos; polícia militar.

Abstract

The present research aimed at analyzing the role of the police at present, the history of the military police, the use of coercive means, the context of the discussion about demilitarization, pointing out factors against and for, and how it could influence the reduction of abusive actions perpetrated by police officers military. We also verified possible measures to reduce the abusive use of force, from the formation of the professional, through the stressors to the forms of corrective control of their actions. It has been found that Brazilian society is culturally violent, and that the number of homicides is higher than countries at war. Military police are at the forefront of Brazilian public security, and for this reason, in the face of hyper-crime, armed confrontations are inevitable, leaving behind high death rates. However, the statistics used in most of the surveys do not correspond to the constitutional and infraconstitutional system in force, since a convicted criminal conviction is necessary to establish whether the death resulting from the confrontation was intentional, guilty or excused in an exclusion of unlawfulness. The work consisted of a broad bibliographical review, seeking to bring with fairness arguments against and in favor of demilitarization, as well as all the factors arising from it.

Keywords: demilitarization; use of coercive means; military police.

ÍNDICE

Agradecimentos	04
Epígrafe.....	05
Resumo	06
<i>Abstract</i>	07
 Introdução	 08
 I – Enquadramento Teórico	 15
O Papel da Polícia na Realidade Mundial.....	15
Origem das Polícias Militares.....	20
Polícias Militares em Portugal e no Brasil	21
Organizações Mundiais de Polícias Militares.....	27
Desmilitarização – Conceitos Essenciais ao Tema.....	31
Síntese.....	33
 II - Violência e Uso de Meios Coercivos pelas Polícias Militares	 34
Parâmetros Para Identificar o Uso Abusivo de Meios Coercivos.....	38
Síntese.....	46
 III - Desmilitarização das Polícias Militares no Brasil	 48
A Desmilitarização como Possibilidade de Diminuição de Abuso no Uso de Meios Coercivos.....	48
A Polícia Militar é Abusiva Por Ser Militar?.....	53
Repercussões Midiáticas Sobre o trabalho da Polícia Militar.....	59
Síntese.....	65
 IV - Estratégias Para Diminuir o Abuso no Uso de Meios Coercivos	 66
Recrutamento, Seleção e Formação dos Policiais Militares.....	67
Enfrentamento do Estresse.....	74
Mecanismos de Controle das Atividades da Polícia Militar.....	79
Síntese.....	84
 Considerações Finais	 85
Implicações Teóricas dos Resultados	99
Recomendações de Ação	89
 Referências	 92
 Lista de Siglas	 103

INTRODUÇÃO

Contextualização

O uso abusivo da força empregado pela polícia no Brasil ocorre nas mais diversas configurações, envolvendo as bases históricas do País e atingindo todas as camadas da sociedade. São alarmantes as estatísticas sobre os delitos perpetrados, especialmente quanto aos homicídios que ocorrem de norte a sul do Brasil.

Detentor do monopólio do uso da força, o Estado estabeleceu que as polícias militares são responsáveis pelas funções de polícia ostensiva, possuindo papel relevante na prevenção e enfrentamento da criminalidade que assola o País, sendo um dos únicos órgãos estatais que está 24h por dia à disposição da população, podendo ser acionado em qualquer lugar com um simples aceno de mão, sem necessidade de ofícios, requerimentos ou qualquer burocracia. Sobre o conceito de polícia ostensiva, Diogo de Figueiredo Moreira Neto menciona:

A polícia ostensiva, afirmei, é uma expressão nova, não só no texto constitucional, como na nomenclatura da especialidade. Foi adotada por dois motivos: o primeiro, já aludido, de estabelecer a exclusividade constitucional e, o segundo, para marcar a expansão da competência policial dos policiais militares, além do 'policiamento' ostensivo. Para bem entender esse segundo aspecto, é mister ter presente que o policiamento é apenas uma fase da atividade de polícia. A atuação do Estado, no exercício de seu poder de polícia, se desenvolve em quatro fases: a ordem de polícia, o consentimento de polícia, a fiscalização de polícia e a sanção de polícia. O policiamento corresponde apenas à atividade de fiscalização; por esse motivo, a expressão utilizada, polícia ostensiva, expande a atuação das Polícias Militares à integralidade das fases do exercício do poder de polícia. O adjetivo "ostensivo" refere-se à ação pública da dissuasão, característica do policial fardado e armado, reforçada pelo aparato militar utilizado, que evoca o poder de uma corporação eficientemente unificada pela hierarquia e disciplina. (MOREIRA NETO, 1991, 42-43).

Abordando o uso da força, estabelece Peixoto (2014, p. 155) que mesmo quando exercida de forma legítima pelo Estado, materializado nas forças policiais, o uso da violência tende a obter uma natural reprovação quando presenciada por pessoas alheias aos fatos.

Dentre as principais missões da polícia pode-se destacar a defesa da lei, a preservação da ordem pública e a manutenção do Estado Democrático de Direito, e

nessa senda, o Estado a legitima para fazer uso da força, devendo ser empregada dentro da legalidade. Apesar disso, a aceitação da polícia sofre restrições, pois ela representa controle, e as pessoas não gostam de ser controladas, porque há uma restrição na liberdade de agir. Segurança e liberdade são inseparáveis, porém nessa relação sempre há perdas e ganhos. Nesse sentido Bauman e Dossal (2017), afirmam:

Há dois valores essenciais que são absolutamente indispensáveis para uma vida satisfatória e recompensadora e relativamente feliz. Um é a segurança e outro é liberdade. Você não consegue ter uma vida digna na ausência de um deles. Segurança sem liberdade é escravidão. E liberdade sem segurança é o completo caos, incapacidade de fazer qualquer coisa, planejar qualquer coisa, nem mesmo sonhar. Então, você precisa dos dois. O problema, no entanto, é que ninguém ainda, na história e no planeta, encontrou a fórmula de ouro, a mistura perfeita de segurança e liberdade. Cada vez que você tem mais segurança, você entrega um pouco da sua liberdade. Não há outra maneira. Cada vez que você tem mais liberdade, você entrega parte da sua segurança. Então você ganha algo e você perde algo. (BAUMAN e DESSAL, 2017, p. 48).

Mencionando que a liberdade do ser humano é o escopo da justiça, comenta Valente (2013, p. 36) que as ações preventivas e repressivas não podem esquecer que a justiça visa substituir o uso da violência, pois não pode a justiça ser mais violenta do que a própria violência privada, que não possui legitimidade. Buscando oferecer a sensação de segurança para a população, muitas vezes o Estado passa para a polícia militar a tarefa de apaziguar os conflitos, como se a solução para a criminalidade fosse apenas a repressão. Na medida em que o Estado abre mão de políticas educacionais, ou se omite na questão dos direitos sociais e utiliza as forças de segurança como forma de contenção social dos “excluídos”, ele incentiva confrontos que tornam os policiais militares (que estão na ponta do processo) e a própria população potenciais vítimas.

Nesse cenário de confrontos, o trabalho de alguns policiais militares nem sempre obedece aos parâmetros estabelecidos pela Carta Magna, excedendo o uso da força a eles conferido, produzindo ações ilegais, que muitos denominam de “violência policial”. Desde atitudes isoladas até chacinas, a polícia militar constantemente é alvo de críticas da sociedade, pois passa de garantidora da lei e da ordem para figurar como geradora de violência. Os casos de uso abusivo de meios coercivos são sintomas graves de problemas relacionados à organização e controle das polícias militares.

Visando diminuir os casos de violência ilegítima produzida pelas polícias militares, surge como uma alternativa, a desmilitarização, que busca retirar delas o caráter militar, rompendo o vínculo com o Exército, tornando-a civil, isto é, acaba a polícia militar e cria-se uma nova polícia ostensiva, ou uma fusão entre as polícias civis e militares, ambas estaduais. O tema é alvo de inúmeros debates, tendo argumentos de toda ordem, desde apelos midiáticos até propostas de emendas constitucionais. A exposição de ações letais perpetradas por alguns policiais militares tem ampla repercussão, gerando discussões sobre a desmilitarização tanto interna quanto externamente, nos mais diversos órgãos, como por exemplo o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Os defensores da manutenção do atual formato afirmam que a estética das polícias militares não reflete a cultura bélica do Exército, e que o constante enfrentamento armado entre policiais e criminosos apenas é uma decorrência do cenário de violência que está estabelecido no Brasil. Por ser o trabalho policial uma ocupação extraordinariamente complexa, difícil, exigindo grande habilidade e capacidade de julgamento, há casos em que realmente ocorrem abusos, que são causados por inúmeros fatores, e não somente pelo fato da polícia ostensiva ser militar.

Explica Costa (2004, p. 68) que muitas organizações policiais pelo mundo adotaram o modelo militar devido a circunstâncias políticas do momento de sua criação, e mesmo na Inglaterra, onde a polícia é considerada o protótipo de uma organização policial civil, a *Scotland Yard* possui algumas características do processo mimético. No momento em que foi criada, Sir Robert Peel recorreu ao modelo militar para organizar a polícia, que tinha a missão de controlar os distúrbios civis, greves e manifestações políticas, tendo nomeado um oficial do Exército como o primeiro chefe de polícia de Londres.

Foi escolhido como tema da presente dissertação “a (des)militarização das polícias militares e o uso de meios coercivos no Brasil”, e esta preferência foi marcada pelo fato do pesquisador ser oficial da Brigada Militar, e pelo assunto ser constante pauta dentro do cenário de violência que passa o Brasil. Buscando manter-se fiel ao papel de investigador, partindo da conveniência de manter a distância necessária entre o pesquisador e o objeto da pesquisa, o primeiro desafio foi despir-se de pré-juízos, pois o saber policial poderia comprometer a objetividade do trabalho acadêmico.

Metodologia de Investigação

O estado da arte é precário, sendo raros os livros (impressos e virtuais) que abordam especificamente a temática, tendo o trabalho baseando-se em artigos esparsos, nos quais alguns pesquisadores trazem seus pontos de vista, normalmente de maneira sintética. A discussão sobre a desmilitarização não é nova, porém há poucos anos ganhou investigações mais aprofundadas, sendo a mídia quem mais instiga o debate do tema ao divulgar cenas de violência policial.

a) Problema de investigação e objeto de estudo

Quivy e Campenhoudt (2008, p. 89) estabelecem que a problemática é a abordagem ou a perspectiva teórica que se decidiu adotar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida. É uma maneira de interrogar os fenômenos estudados, constituindo uma etapa da investigação, entre a ruptura e a construção.

O estudo busca responder à seguinte pergunta de partida: A desmilitarização das polícias militares no Brasil contribuirá com a diminuição dos casos de uso abusivo dos meios coercivos? O assunto engloba em si uma complexidade de fatores, e a resposta ao problema de investigação não será estabelecido de forma simples, pois se tentará explorar o tema visando alargar as possibilidades de debate, sem esgotá-lo.

Colocado o problema de investigação, seguem os objetivos desta dissertação. O objetivo geral é investigar os contornos do uso de meios coercivos e estabelecer se a desmilitarização fará com que a nova polícia ostensiva diminua os índices de violência policial. Já os objetivos específicos buscam verificar a atuação das polícias militares espalhadas pelo mundo, pesquisar se é possível mensurar se uma polícia é ou não violenta, identificar se o fato da polícia militar estar sob a égide de um sistema militar a torna violenta e apontar medidas que possam melhorar a atividade das polícias militares no que tange ao uso dos meios coercivos.

b) Hipóteses de estudo

Conforme Severino (2002, p. 161), hipótese é o que se pretende demonstrar e não o que já se tem demonstrado evidente, desde o ponto de partida, pois muitas vezes ocorre confusão no assunto, ao se tomar como hipótese proposições já evidentes no âmbito referencial teórico ou da metodologia adotados. Nestes casos,

além de não haver nada mais a ser demonstrado, não se chegará a nenhuma conquista e o conhecimento não avança.

Como primeira hipótese, afirma que a desmilitarização contribuirá para a diminuição dos índices de atos abusivos cometidos por policiais militares no Brasil. As outras hipóteses estabelecem que o fato de ser militar não tornar a polícia mais violenta, e as deficiências na formação poderiam ser responsáveis pelas atitudes abusivas perpetradas por policiais militares.

c) Metodologia e estrutura capitular

A investigação Metodológica consiste na descrição do procedimento que vai orientar a realização da pesquisa. Conforme Rampazzo (2005, p. 32), procurar nas obras publicadas ajuda a explicar as dúvidas e anomalias a serem debatidas. Para este intento, a revisão bibliográfica pode ser utilizada de forma independente ou como parte de outros tipos de pesquisa científica.

Para responder à pergunta enunciada optou-se por seguir os preceitos do estudo exploratório, por meio de revisão bibliográfica, sendo utilizados como fontes livros, revistas, teses, dissertações, artigos científicos acessados nas bases de dados constantes na Internet, em âmbito nacional e internacional e matérias consideradas enriquecedoras para a investigação.

Visando caracterizar melhor a dissertação, houve a divisão em quatro capítulos, assim subdivididos: o primeiro faz um enquadramento teórico da pesquisa, abordando o que representa a polícia na vida da sociedade, passando pelo histórico das polícias militares no mundo e analisando conceitos sobre desmilitarização. No segundo capítulo foram traçados raciocínios quanto a violência, explorando o uso abusivo da força e a existência de critérios científicos aptos a determinarem se uma polícia é ou não violenta. O terceiro explorou alguns contornos sobre a desmilitarização, expondo argumentos contra e a favor, seguindo-se a uma abordagem da mídia e sua influência no âmbito da segurança pública. Por fim, o quarto capítulo busca estabelecer estratégias para a diminuição do uso abusivo da força, mencionando a necessidade de qualificação nos cursos de formação, o enfrentamento do estresse pelas instituições policiais e as formas de controle da atuação dos policiais militares.

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A história demonstra que sempre houve alguém responsável pela segurança da comunidade, pois nunca cessaram as ameaças ao convívio das pessoas. Norberto Bobbio (2003) afirma:

Desde que o mundo é mundo, os homens inventaram armas defensivas para evitar que fossem mortos, mas a medida que aumentou a capacidade defensiva aumentou a potência ofensiva. É a história da lança e do escudo: o escudo se torna cada vez mais resistente? A lança se tornará cada vez mais aguçada. (BOBBIO, 2003, p. 35).

O tempo passa, surge o Estado e com ele a polícia, visando salvar vidas, prevenir conflitos, manter a lei e a ordem e assegurar direitos. Todavia, por vezes ocorrem desvios de conduta por parte de alguns policiais, configurando a chamada violência policial, e na busca pela solução deste problema, surge a proposta de desmilitarizar as polícias militares brasileiras.

Buscando contextualizar a temática da presente investigação, será analisado o papel da polícia, visando discutir se a mesma serve para garantir bens e interesses das elites, combater a criminalidade, realizar o controle social, ou possui atribuições maiores, como a manutenção do Estado Democrático de Direito. Em seguida, será realizado um apanhado histórico das polícias militares, desde a França, passando por Portugal e chegando na realidade brasileira, e por fim uma abordagem sobre a desmilitarização.

O PAPEL DA POLÍCIA NA REALIDADE MUNDIAL

A vida na sociedade moderna trouxe consigo uma série de preocupações e anseios, estando a segurança pública na base da pirâmide das necessidades sociais. Nesse contexto, a polícia aparece como o órgão responsável por manter a ordem pública, recebendo do Estado o monopólio do uso da força visando à pacificação e resolução dos conflitos sociais, guiada pela legislação de cada país para servir e proteger. Esclarece Arthur Costa (2004):

Muito embora o surgimento e a expansão das polícias pelo mundo todo não autorizem os policiais a agirem à revelia dos códigos civis e

profissionais, o uso da força é garantido em todas as constituições modernas, através do chamado monopólio legítimo da violência. Foi com essa pretensão e definição do uso da força que as polícias surgiram, tendo ainda como objetivo consolidar o Estado Moderno e a ordem liberal e assegurar a proteção dos direitos. (COSTA, 2004).

Dissertando sobre o assunto, Álvaro Lazzarini (1987, p. 20) afirma que “polícia” é vocábulo que designa o conjunto de instituições, fundadas pelo Estado, para que, segundo as prescrições legais, exerçam suas atividades buscando manter a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo, garantindo os direitos da sociedade.

O cotidiano da polícia ostensiva abarca todas as situações de conflito entre pessoas (excluindo-se os cenários de guerra, que ficam a cargo das forças armadas), o que torna imprescindível sua existência. O papel que a polícia desempenha na atual conjuntura mundial ainda rende inúmeros debates, pois dependendo do contexto social, econômico e cultural, suas funções vão além das questões de segurança. Egon Bittner (2003) menciona:

Em suma, o papel da polícia é enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando (e na medida em que) suas soluções tenham a possibilidade de exigir (ou fazer) uso da força no momento em que esteja ocorrendo. Isso empresta homogeneidade a procedimentos tão diversos como capturar um criminoso, levar o prefeito para o aeroporto, tirar uma pessoa bêbada de dentro de um bar, direcionar o trânsito, controlar a multidão, cuidar de crianças perdidas, administrar os primeiros socorros médicos e separar brigas de familiares. (BITTNER, 2003, p. 136).

Cabe referir que são históricas as dificuldades enfrentadas pelo Estado para a implementação de políticas públicas que atendam as necessidades mais básicas da população. Em decorrência deste cenário, a criminalidade avança como consequência lógica da falta de estrutura social. Visando conter o crime, o Estado busca aparelhar seu sistema policial a fim de estabelecer um controle social eficaz e garantir a manutenção da ordem pública. É tarefa da polícia enfrentar o universo indesejado da delinquência, nas palavras de Nuno Poiares (2013):

As raízes dos problemas que afetam as pessoas são profundas e a continuidade desta realidade culmina no agravamento da miséria, da delinquência grupal, no crime violento, na propagação de incivilidades, no aumento do sentimento de insegurança e no consumo de drogas e nos crimes associados. Mas cabe às polícias enfrentar a face mais visível de um universo indesejado; sobretudo a pequena criminalidade, aquela que

convive diariamente com as pessoas e que as preocupa de facto. (POIARES. 2013, p. 61).

No Brasil, segundo alguns pensadores, a atividade policial visa proteger as elites, estabelecendo Pinheiro (2000. p. 16) que a polícia e outras instituições do sistema de justiça criminal tendem a agir como “guarda de fronteira”, protegendo as elites dos pobres. Já Jesus (2004, p. 92) menciona que a atuação da polícia, na maioria das vezes, ainda está voltada àquelas pessoas pobres e excluídas do acesso ao arcabouço legislativo, as quais constituem a figura típica da violência policial, pois a repressão produzida pelo Estado está direcionada, geralmente, a essas pessoas, visto que não se admite a elas a aplicação do princípio da universalidade dos direitos humanos.

Muitas vezes a polícia é vista apenas com funções de realizar o controle social, que é o conjunto de ações por onde a sociedade influencia o comportamento humano, buscando manter determinada ordem. Nessa toada, Costa (2004) afirma que o controle social é função do Estado como um todo, e não uma tarefa exclusiva das polícias, sendo que não é possível realizar esse controle social exclusivamente por meio da repressão policial. Andrade (2010) faz uma abordagem semelhante:

A função das polícias é frequentemente entendida como a de manter a ordem, não a de preservar a lei. Legitimam-se, então, ações policiais truculentas, torturas e prisões arbitrárias. Em regra, essas práticas se articulam com um olhar seletivo, que constitui “inimigos da ordem”. O papel geralmente recai sobre os excluídos, em especial sobre os negros e moradores de favelas, que figuram como alvo principal da perseguição criminal. Trata-se da conhecida “reação em cadeia da exclusão social”, que atinge parte considerável da população brasileira, reduzida à condição de “subcidadania”. (ANDRADE, 2010, p. 175-176).

Mencionando que as atividades de manutenção da paz (atos dos policiais que não necessariamente configuram enfrentamento de atividades criminais) ocupam a maior parte do tempo da atividade policial, complementa Detoni (2014):

A intervenção policial, em grande parte das situações, representa fazer uso da capacidade e autoridade para eliminar a resistência de uma solução possivelmente já tentada no nascedouro do problema, não importando se a questão envolve aspectos de policiamento. Assim, lícito afirmar que o uso real da coerção física e da repressão é muito raro para a grande maioria dos policiais, os quais praticamente nunca recorreram a elas. (DETONI, 2014, p. 63).

Holloway (1997, p. 35) por sua vez estabelece que o papel da polícia, em um Estado Democrático de Direito, é zelar pela afirmação da dignidade do ser humano, pela garantia dos direitos e pelo cumprimento das normas estabelecidas pelo Estado, o que é uma missão altamente árdua, pois é a linha de frente das políticas estatais, no enfrentamento dos conflitos.

Aduz Goldstein (2003, p. 28-29), que a polícia não está apenas obrigada a exercer sua limitada autoridade em conformidade com a Constituição e, por meios legais, aplicar suas restrições: ela também está obrigada a observar que outros não infrinjam as liberdades garantidas constitucionalmente, e essas exigências introduzem na função policial a dimensão única que torna o policiamento um trabalho muito sério. Porém, na atualidade, o papel da polícia é bem maior do que garantir bens e interesses das elites, apaziguar conflitos urbanos, reprimir os pobres ou simplesmente realizar o controle social.

Na vigente Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), a abordagem sobre a polícia é limitada, restringindo-se em apontar suas funções no art. 144, estabelecendo em seu *caput*:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I - polícia federal;
II - polícia rodoviária federal;
III - polícia ferroviária federal;
IV - polícias civis;
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, CRFB, 1988).

Nota-se que as polícias e a segurança pública como um todo ficaram relegadas a segundo plano, pois são tratadas em apenas um dos duzentos e cinquenta artigos da atual CRFB. Na Carta Magna brasileira, consta que a segurança pública visa à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ou seja, restringe o papel dos órgãos que exercem a segurança (função que quase na totalidade é exercido pelas polícias).

Melhor competência teve o texto da Constituição da República Portuguesa, que estabelece em seu art. 272º, número 1, que “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”,

figurando a polícia com o alicerce da legalidade democrática. Explicando a aparente falta da defesa da liberdade no artigo supracitado, menciona Manuel Valente (2014):

Podem perguntar-nos como se explica que o legislador constituinte, neste canto, não tenha optado por consagrar o direito à liberdade como missão da polícia a par da segurança interna.

Três apontamentos simples: por um lado, como já referimos, a segurança é uma garantia dos direitos fundamentais, inclusive do direito à liberdade; por outro, à idéia de legalidade democrática está adstrita a ideia de liberdade democrática; e, por último, cumpre como missão da polícia garantir os direitos dos cidadãos, i. e., de todos os direitos do cidadão, em especial o direito à liberdade. (VALENTE, 2014, p. 382).

Corroborando com tal entendimento, Proença Júnior (2003. p. 246) afirma que a polícia é distinta de um corpo de tropa qualquer, que exerce sem restrição o controle do território ou da população, pois a ideia de polícia só faz sentido quando referida a um enquadramento particular, a saber, de um instrumento regulatório e coercitivo do Estado sob a lei, ou seja, o Estado de Direito. Interessante a abordagem de Valente (2013), quando diz:

A Polícia é, hoje, não só a defensora e garante da legalidade democrática, da segurança interna nacional e europeia e dos direitos dos cidadãos, como também é ela promotora desses mesmos interesses, valores, bens jurídicos, cuja acção se deve conformar com a lei infraconstitucional, constitucional e supraconstitucional. A Polícia ocupa um espaço relevante na ordem jurídica material vigente, na ordem social, na ordem cultural, na ordem política e, por esta razão, está ao serviço do cidadão indefeso contra todas as ameaças e ofensas – incluindo as estatais ou de organizações não estatais de utilidade pública – e cumpre-lhe, face à subordinação ao Direito – aos princípios gerais do Direito, aos princípios de cada ramo do Direito, ao Direito positivado [supranacional, constitucional, infraconstitucional], à jurisprudência e à doutrina -, na prossecução da sua missão, defender e garantir a legalidade democrática, a segurança interna e todos os direitos dos cidadãos quer num quadro nacional quer no quadro supranacional: europeu e internacional. (VALENTE, 2013, p. 262).

Na mesma toada Silva (2002/2003, p. 47) aduz que, funcionalmente, polícia é a atividade do Estado que se caracteriza por atuar sobre o exercício dos direitos individuais em defesa da legalidade democrática. A polícia vai além da simples garantia da ordem pública, pois visa manter a legalidade democrática estabelecida no Estado Democrático de Direito.

A polícia é a responsável pela manutenção do Estado Democrático de Direito, devido a todas as suas responsabilidades e atribuições, pois em regra é a única face do Estado que atua a todo tempo, em todos os lugares, em qualquer camada social, desempenhando papel fundamental na resolução dos mais variados problemas, desde um desentendimento conjugal até a resolução de conflitos multitudinários, sempre garantindo a manutenção da paz social e da segurança interna.

Encarregada das ações de polícia ostensiva, a polícia militar brasileira não surgiu de forma abrupta, nem mesmo teve aqui sua gênese, mas foi implementada pelos portugueses na época da colonização, que por sua vez copiaram o modelo da *gendarmaria* francesa. Este desconhecimento de suas raízes históricas por vezes confunde os analistas, prejudicando uma análise global do tema, por considerarem que as polícias militares brasileiras são exceção no contexto mundial, conforme será demonstrado a seguir.

ORIGEM DAS POLÍCIAS MILITARES

Estabelecer o momento da criação das polícias militares no mundo não é tarefa fácil, porém cabe iniciar-se pela nomenclatura. O termo *Gendarmerie* (ou *Gendarmaria*) tem origem no francês antigo *gens d'armes* e pode ser traduzido como “homens de armas”, considerando-se como uma força militar encarregada de realizar o policiamento e a manutenção da ordem pública no âmbito da população.

As polícias militares encontram-se por todo o planeta, com diversas denominações, desde as polícias militares no Brasil, passando pela Guarda Nacional Republicana (GNR) em Portugal até a *Gendarmerie Nationale* da França, e tendo em vista sua importância histórica, é por ela que se inicia a abordagem. Conforme apontam Ferreira e Reis (2012, p.2), em que pese algumas divergências, a versão mais aceita é de que a *Gendarmerie Nationale* foi criada pelo Rei Francês João II, durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), pois nesta época os exércitos franceses enfrentavam o problema derivado de bandos de desertores, oriundos das suas fileiras, que saqueavam as terras à retaguarda dos exércitos, criando um clima de instabilidade.

Buscando resolver esta celeuma, é criada uma cavalaria equestre para patrulhar as terras à retaguarda dos exércitos e dar combate aos desertores

encontrados, conduzindo-os aos *Marechais-de-França (Maréchaux)*, encarregados de fazer cumprir a lei e a disciplina militares. Em razão desta subordinação esta força recebe o nome de *Maréchaussée*. Fazendo referências a *Maréchaussée*, explicam Ferreira e Reis (2012):

Algumas outras alterações irão ocorrer nesta força, porém a mais significativa será decorrente da Revolução Francesa: em 1791, a *Maréchaussée* é transformada em *Gendarmerie Nationale*. Tal se dá, pois como força policial encarregada de trazer os criminosos às mãos da Justiça Real, ela era um símbolo do que os revolucionários haviam acabado de eliminar: A Monarquia Francesa. Nos anos seguintes, durante o Governo de Napoleão Bonaparte, a *Gendarmerie Nationale* terá um aumento de prestígio e inclusive irá atuar nas Guerras Napoleônicas, chegando a compor a Guarda Imperial de Napoleão Bonaparte. A partir do final do Século XVIII e durante o Século XIX, vários países irão criar as suas *Gendarmeries*, muitas vezes empregando nomes diferentes: *Arma dei Carabinieri* (Piemonte/Itália), *Koninklijke Maréchaussée* (Holanda) e *Guardia Civil* (Espanha) e *Jandarmeria Romania* (Romênia) são exemplos do século XIX. *Trupele de Carabinieri* (Moldávia), *Jandarma* (Sérvia) e *Gendarmeria* (Polônia) foram criadas no século XX. A que se saiba a última *Gendarmerie* criada foi a da Jordânia, em 2008. (FERREIRA e REIS, 2012, p.2):

Com o término da Revolução Francesa ficou estabelecido que a *Maréchaussée* passaria a ser denominada *Gendarmerie Nationale*. O modelo Francês de segurança pública tem a participação de duas polícias ostensivas, atuando como polícia integral, uma civil (polícia nacional) e outra militar (*gendarmerie nationale*), sendo esta considerada a quarta Força Armada e a segunda em quantidade de efetivo.

POLÍCIAS MILITARES EM PORTUGAL E NO BRASIL

Em 1382, Dom Fernando I (1367-1383) criou em Portugal uma série de reformas, dando a ordem de serem nomeados alguns homens denominados “quadrilheiros”, a fim de exercerem funções policiais. Nessa mesma toada tem-se o pensamento de Cotta (2017):

Embora se desconheça em que época surgiram os primeiros homens encarregados exclusivamente da segurança em Portugal, sabe-se que em 1382, dom Fernando I (1367-1383), influenciado pelos ingleses, introduziu na hoste portuguesa várias inovações, entre as quais a criação dos postos

de condestável e de marechal. O condestável era a maior posição em termos hierárquicos e de honra. A ele incumbia a disciplina, a segurança e a administração. Competia-lhe, com o acordo do rei ou do senhor da hoste, nomear alguns quadrilheiros, com funções de polícia militar. (COTTA, 2017).

Nessa mesma toada, estabelece Domingo Vaz Chaves (2017):

Durante a idade média, a defesa da ordem pública, estava como já se disse, a cargo das comunidades urbanas e rurais do paço real e dos senhores feudais, tendo-se esta situação se prolongado até a introdução progressiva da orgânica “policia” em cada território municipal, a começar por Lisboa, onde em 12 de setembro de 1383, foi criado pelo rei D. Fernando, o primeiro corpo de Quadrilheiros, como forma de fazer face a uma aterradora desorganização social e a ocorrências de crimes graves em catadupa.

Este “Corpo de Agentes Policiais”, foi de facto, a primeira instituição formal de natureza policial e foi criado por alvará régio, ficando subordinado à edilidade por um período de três anos, justificando-se a sua criação com a necessidade de “eleger certos homens que vigiem sobre o sossego público”! (CHAVES, 2017).

Corroborando com essas informações, a GNR (2017) menciona que a primeira referência a instituições policiais nacionais surgiu em 1383, com o Corpo de Quadrilheiros, e após várias transformações durante o passar dos tempos, em 1801, por iniciativa do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, foi criada a Guarda Real da Polícia de Lisboa (precursora da Guarda Nacional Republicana e das forças de segurança nacionais), sendo organizada seguindo o antigo modelo da *Garde de Paris* que, em 1791, integrou a *Gendarmerie Nationale*, antecedendo a criação da generalidade das restantes guardas europeias.

O tempo transcorre e como era de se esperar a polícia de Portugal passa por algumas modificações. Estabelece Neves (1984, p. 18) que após o terremoto de 1755 o Marquês de Pombal criou a Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino, sendo que em 1801 surge o Corpo de Guarda Real de Polícia, com efetivo de 1.200 homens de cavalaria e infantaria. Em 13 de maio de 1809, com a Corte de Portugal no Brasil, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro, que esteve na gênese das polícias militares brasileiras. As Guardas Reais atravessaram o difícil contexto da revolução liberal e da guerra civil que se seguiu e foram extintas pelos liberais em 1834.

Com a extinção das Guardas Reais, assume as funções policiais a Guarda Municipal, atuando até 1910, quando ocorreu a queda da monarquia. Em 03 de

maio de 1911 foi formalmente criada a GNR. Na atualidade, ela é uma força de Segurança constituída por militares organizados num corpo especial de tropas dependendo em tempo de paz do Ministério da Administração Interna, para efeitos de recrutamento, administração e execução do serviço decorrente da sua missão geral, e do Ministério da Defesa Nacional para efeitos de uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento e, em caso de guerra ou em situação de crise, as forças da GNR passarão a estar subordinadas ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, quando nos termos da lei estas forem colocadas na sua dependência para efeitos operacionais.

Portugal, por ser um Estado unitário, busca respeitar na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública. Aqui o cenário policial não difere do restante da Europa, pois segundo Silva (2015, p. 191), analisando a história das polícias europeias verifica-se que não existem modelos ideais de polícia, nem apenas um único modelo, pois em geral cada país adota um sistema, tendo em conta sua tradição, história, cultura, estrutura política e territorial. Em Portugal, conforme consta na Lei de segurança interna (LSI), exercem funções de segurança interna, *in verbis*:

Art. 25.º

[...]

2 - Exercem funções de segurança interna:

- a) A Guarda Nacional Republicana;
- b) A Polícia de Segurança Pública;
- c) A Polícia Judiciária;
- d) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- e) O Serviço de Informações de Segurança.

3 - Exercem ainda funções de segurança, nos casos e nos termos previstos na respectiva legislação:

- a) Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional;
- b) Os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

4 - A organização, as atribuições e as competências das forças e dos serviços de segurança constam das respectivas leis orgânicas e demais legislação complementar. (PORTUGAL, LEI DE SEGURANÇA INTERNA, 2008).

Explica Fernandes (2014, p. 62) que a atividade de segurança interna assenta em cinco pilares essenciais: prevenção da criminalidade, ordem pública, investigação criminal, inteligência e cooperação internacional. Joaquim Hermínio Matos (2016) refere:

O modelo policial português, cuja configuração preenche os requisitos do denominado modelo dual ou napoleônico, encontra as suas raízes históricas – para não recuarmos muito, no tempo, as denominações e estruturas que antecederam ambas as forças – desde os primórdios da implantação da República. Assente, grosso modo, em duas grandes forças de segurança – a PSP e a GNR -, sendo a primeira de cariz civilista e a última de natureza eminentemente militar, ambas dependendo do responsável pela área da administração interna. (MATOS, 2016, p. 91).

Tanto a Polícia de Segurança Pública (PSP) quanto a GNR realizam o policiamento ostensivo dentro de uma repartição de atribuições sob o critério territorial de Portugal, ambas atuando como polícia integral (que no Brasil é chamado de ciclo completo de polícia). No Brasil, quanto ao início da estruturação da polícia, Jesus (2004, p. 96) estabelece que a primeira notícia que se tem data de 05 de abril de 1808, após a instalação no país de Dom João VI e sua família real. Nessa data houve a criação da Intendência Geral de Polícia e do Estado do Brasil, cujas missões eram as questões policiais, fiscalização de obras e transportes e combate a incêndio.

Em 13 de maio de 1809 conforme leciona Jesus (2004, p. 96), foi instituído o primeiro Corpo de Polícia Militar que se tem notícia, oriundo da criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia. Com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 à Constituição do Império de 1824, foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, instituindo a Polícia Militar do Rio de Janeiro e autorizando a criação das polícias militares nos demais estados brasileiros.

Com a Proclamação da República, em 1889, grandes mudanças ocorreram no Brasil, dentre elas a substituição das províncias pela divisão do território em Estados, sendo que cada Estado passa a ter sua própria Constituição. Essa mudança de província para Estado Federado não alterou os objetivos das polícias militares, que continuaram com a missão de manter a ordem a serviço dos interesses das elites. Naldson (2013) estabelece:

A estruturação das polícias militarizadas não se modificou com a proclamação da República, em 1889. Ao contrário, a analogia militarista foi preservada e, até mesmo, intensificada, em virtude da relativa autonomia que foi concedida aos novos Estados federados. Dessa forma, as polícias militares se constituíam em mimetizações de Exércitos para atender aos intuitos das elites regionais.

Com o passar dos tempos as polícias militares alteram seus objetivos e passam a manter a ordem pública, com foco na proteção dos cidadãos. (NALDSON, 2013, p. 95).

Hoje as polícias militares encontram-se dispostas nos 26 estados da federação, mais o Distrito Federal, sendo responsáveis pelas ações de polícia ostensiva. Cabe mencionar que a única polícia militar com denominação própria é a do estado do Rio Grande do Sul, intitulada “Brigada Militar” que, conforme anota Simões (2014, p. 79), com a edição da Lei nº 7, de 18 de novembro de 1837, ocorreu o batismo da força gaúcha, demarcando com clareza o início da corporação na linha do tempo, sendo que Fernando Abbott determina a edição do Ato nº 357, de 15 de outubro de 1892, transformando a Guarda Cívica, força policial-militar da época, em uma nova organização, que passa a ser denominada Brigada Militar (BM).

Dessa forma, resta claro que tanto Portugal quanto o Brasil possuem polícias militares (Guarda Nacional Republicana e Polícia Militar, respectivamente) oriundas da mesma fonte, a *Maréchaussée*, que atualmente é a *Gendarmerie Nationale*, da França. O Brasil, apesar de ser um país de dimensões continentais, possui um sistema policial simples, comparado com a Europa, havendo polícias estaduais e federais, além de algumas guardas municipais.

As polícias militares no Brasil, conforme dispõe o art. 144 da CRFB, são forças auxiliares e reserva do Exército, subordinadas aos Governadores dos Estados, ou seja, podendo ser acionadas em casos muito específicos, conforme assevera Assis (2017):

À luz da Constituição Federal vigente – e da legislação infraconstitucional devidamente recepcionada por ela – a conclusão que se impõe, ressalvados os entendimentos contrários e de todo respeitados, é o de que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares somente serão empregados como forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro em missões de natureza estritamente militares, que imponham a necessidade de mobilização e convocação das instituições militares estaduais e do Distrito Federal, e que autorizam o estado de sítio (CF/88, art. 137, incisos I e II). (ASSIS, 2017).

Dissertando sobre a previsão constitucional das polícias militares, Gabriela Galiza e Silva e Yara Maria Pereira Gurgel (2016) afirmam:

No que concerne especificamente às polícias militares, o texto constitucional determinou serem elas não apenas forças reservas, mas também forças auxiliares do Exército, mantendo quase intacto o paradigma de policiamento que vigorou no período da ditadura militar.

Observa-se com isso que os nossos constituintes cederam às pressões dos militares, cujos interesses fizeram-se representar de forma majoritária nas audiências públicas realizadas no seio da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança durante a Assembleia Constituinte.

Destarte, os constituintes deixaram de observar a separação que deve necessariamente existir entre as instituições que são responsáveis pelas atividades voltadas à defesa nacional e à proteção da segurança interna em uma ordem democrática.

Criou-se com isso um órgão de policiamento de caráter híbrido, militar, mas responsável pela realização do patrulhamento ostensivo, atividade que possui nítida natureza civil. (SILVA e GURGEL, 2016).

A vinculação das polícias militares com o Exército tem previsão constitucional, no art. 22, inciso XXI: “Compete, privativamente, à União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros” e no art. 144 supracitado. A atual CRFB recepcionou o decreto-lei 667, de 02 de julho de 1969, que reorganizou as Polícias Militares, criando a Inspetoria-Geral das Polícias Militares, que integra o Estado-Maior do Exército, com a incumbência de estudar, coletar e registrar dados bem como realizar o assessoramento referente ao controle e coordenação das polícias militares. Comentando as alterações no decreto-lei 667, comenta Jesus (2004):

Como se percebe, ao longo dos anos houve várias mudanças, mas jamais na missão primordial da polícia militar que é a de manutenção da ordem pública e segurança pública. O que ocorria era o enfoque dado às suas missões e a forte influência que o Exército exercia sobre as polícias militares, inclusive, os integrantes desta não podiam nem ter remuneração igual ou superior àqueles, a não ser em situações de convocação a serviço da União.

Isso acabou com o advento da Constituição Federal de 1988, pois deu outra ênfase à atividade das polícias militares, apesar de continuar sob o jugo do Exército Nacional, a qual passou a preocupar-se mais com as atividades de segurança pública, mas desta feita, voltada, essencialmente, para a sociedade. (JESUS, 2004, p. 108).

Posteriormente surgiu o decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprovou o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200), (alterado pelo decreto nº 8.778, de 16 de maio de 2016), atribuiu ao

comando do Exército o controle e a coordenação das polícias militares, envolvendo disciplina, efetivo, adestramento, ensino e outros pontos a elas atinentes. Todavia, percebe-se que ambos os decretos não alcançaram seus objetivos iniciais, que eram a coordenação geral e uniformização das polícias militares, pois como se tratam de polícias estaduais, subordinadas aos governos dos estados, nem todas seguiram tais preceitos.

Na atualidade pode-se dizer que o Brasil tem 27 polícias militares, cada uma com características próprias, divergindo no uso de uniformes, equipamentos, treinamentos, procedimentos operacionais, remuneração, ingresso, carreira, postos e graduações etc.

ORGANIZAÇÕES MUNDIAIS DE POLÍCIAS MILITARES

Além das polícias militares efetuarem suas atividades em seus respectivos países, existem organizações internacionais que congregam várias *gendarmerias*. Tavares Duarte (2013, p. 3) explica que no atual cenário mundial destacam-se a Associação Europeia e Mediterrânea de Gendarmerias e de Forças Policiais com Status de Militares (FIEP), que tem como principal objetivo a promoção da cooperação, a troca de conhecimentos, boas práticas e experiências entre as forças de segurança de natureza militar dos países que a integram, e a Força de Gendarmerie Europeia (Eurogendfor), que visa proporcionar à comunidade internacional um instrumento válido e operacional para a gestão de crises, estando em primeiro lugar e particularmente à disposição da União Europeia, mas também de outras organizações internacionais.

A FIEP (sigla em francês para a França, Itália, Espanha e Portugal, que são os primeiros quatro membros) é uma associação de *gendarmeries* nacionais e dos corpos de filiados, que engloba as *gendarmeries* da Europa e do Mediterrâneo e as forças policiais com estatuto militar.

Ela busca ampliar e fortalecer as relações mútuas, para promover uma reflexão inovadora e ativa sobre as formas de cooperação policial, e valorizar o seu modelo de organização e de estruturas no exterior. Ela quer ser reconhecida pelas autoridades europeias como um fórum e uma estrutura de cooperação policial separada, capaz de conduzir ações concretas.

A associação visa promover uma reflexão inovadora e ativa sobre as formas de cooperação policial, valorizando o seu modelo de organização e de estruturas no exterior. Os dois principais objetivos da FIEP são: a) o desenvolvimento da capacidade de ser reconhecido, em nível das autoridades europeias, como um fórum e uma estrutura de cooperação policial separada, capaz de conduzir ações concretas; b) a vontade de prosseguir com as obras que começaram com os seus membros europeus, relativas à definição e à compilação de uma força policial europeia, a operar num contexto de crise regional na Europa.

A FIEP (2016) facilita, em conformidade com os acordos internacionais vigentes e regulamentos nacionais, a troca de informações e experiências nos seguintes setores: a) recursos humanos, incluindo formação e recrutamento; b) organização de serviços; c) novas tecnologias e logística; d) assuntos europeus e do mediterrâneo. Na atualidade, é composta pelos seguintes membros:

Gendarmerie Nationale, França (desde 1994)
Arma dei Carabinieri, Itália (desde 1994)
Guardia Civil, Espanha (desde 1994)
Guarda Nacional Republicana, Portugal (desde 1996)
Jandarma, Turquia (desde 1998)
Koninklijke Marechaussee, Países Baixos (desde 1999)
Gendarmerie Royale, Marrocos (desde 1999)
Jandarmeria, Romênia (desde 2002)
Forças Gendarmerie, Jordânia (desde 2011)
Guarda Nacional, Tunísia (2016) (FIEP, 2016).

Há forças que não preenchem os requisitos geográficos, sendo considerados “membros associados”, figurando hoje a *Gendarmeria Nacional da Argentina* (desde 2005), os *Carabineros do Chile* (desde 2005) e a *Lekhwiya Forças, do Catar* (desde 2013). Há ainda a figura dos chamados “observadores”, assim descrito no art. 18, nº 3 do Estatuto da FIEP (2016):

Admissão de um novo membro ou membro associado é decidido de acordo com o mesmo processo após a instituição requerente tenha passado um período de tempo suficiente como Observador. Este período de tempo, que dura pelo menos um ano, é necessário para verificar plenamente as semelhanças estruturais e de afinidade institucional dos gendarmeries e as forças policiais como candidato com estatuto militar, para garantir a colaboração bem-sucedida. (FIEP, 2016).

Atualmente, são observadores a Força de Segurança Nacional da Palestina, (desde 2015), Guarda Nacional da Ucrânia (desde 2016) e o Conselho Nacional de Comandantes Gerais Policiais Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (desde 2016).

Em 18 de outubro de 2007, em Velsen, na Holanda, foi assinado um tratado entre o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, o Reino dos Países Baixos e a República Portuguesa, visando à criação de uma força operacional, originando a Eurogendfor. O art. 1º do tratado menciona:

Artigo 1.º Objecto 1. O objecto do presente Tratado é instituir a Força de Gendarmerie Europeia, que deverá ser operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projectável, constituída exclusivamente por elementos das forças policiais com estatuto militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das operações de gestão de crises. 2. O presente Tratado define os princípios fundamentais relativos aos objectivos, ao estatuto e às modalidades de organização e de actuação da Força de Gendarmerie Europeia, doravante referida como EUROGENDFOR ou EGF. (EUROGENDFOR, 2017).

A Eurogendfor é uma força multinacional de polícia, operacional, pré-estruturada, robusta e de projeção rápida, constituída exclusivamente por efetivos de forças policiais com estatuto militar e objetiva melhorar a capacidade para conduzir operações de gestão civil de crises em áreas vulneráveis. O Quartel-General permanente da Eurogendfor está localizado em Vicenza, na Itália, nas instalações do Quartel da *Arma dei Carabinieri* “Caserna General Chinotto”.

Ela já cumpriu diversas missões, não só na Europa como também em outros continentes, contando atualmente como membros Portugal, Espanha, França, Holanda, Itália, Polônia e Romênia, tendo como parceira a Lituânia e como país observador a Turquia, todos países com forças policiais de natureza militar. Depreende-se do que foi exposto que na atualidade há duas organizações que reúnem as *gendarmerias* no mundo, sendo a Eurogendfor voltada a atividades operacionais, inclusive formando equipes para auxílio internacional e a FIEP voltada a formação, treinamento, logística e cooperação de seus membros.

Por fim, cabe referir que no continente americano, além do Brasil, há polícias militares em diversos países, realizando atividades no âmbito da segurança interna. A polícia militar do Chile, denominada *Carabineros*, conforme afirma Rocha (2013, p. 226) no desenvolver do regime democrático, reafirmou-se como uma das

instituições mais sólidas do Chile. Por ser uma corporação de abrangência nacional e atuar nas mais diversas áreas, desde a específica de policiamento, até as mais sociais, na parte de auxílio às vítimas de desastres naturais, os Carabineros estruturaram uma imagem institucional forte, que serve de escudo para as críticas vindas da classe política e da sociedade civil. Na Argentina existe a *Gendarmería Nacional Argentina*, tendo em sua página na internet¹ a seguinte descrição:

Gendarmería Nacional Argentina Las particularidades del territorio donde debía cumplir la misión y el carácter de ésta, determinaron que la Fuerza naciera como un Cuerpo con organización, formación militar y férrea disciplina, circunstancia que a la fecha se mantiene.

Esa es la génesis de su creación y el espíritu que los legisladores imprimieron en el proyecto que luego fue promulgado como Ley Nº 12.367: “contribuir decididamente a mantener la identidad nacional en áreas limítrofes, a preservar el territorio nacional y la intangibilidad del límite internacional”.

Su personal fue sujeto a un régimen disciplinario castrense, con estructura, capacitación, doctrina militar y formación jurídica que le permitiera cumplir funciones policiales en tiempo de paz, y en tiempo de guerra integrar el componente terrestre militar: Caso concreto, fue su participación en la Guerra de Malvinas en el año 1982. (GENDARMERIA NACIONAL ARGENTINA, 2017)

Ainda pode-se citar: a *Polícia Nacional*, na Colômbia; a *Guardia Nacional Bolivariana*, na Venezuela; a *Fuerza Pública*, na Costa Rica; a *Gendarmería Nacional da Policía Federal*, no México, criada em 2104 e a *Royal Canadian Mounted Police*, no Canadá, sendo a única do mundo em manter um policiamento federal, estadual e municipal somente em uma organização em todo o território nacional.

DESMILITARIZAÇÃO - CONCEITOS ESSENCIAIS AO TEMA

No dicionário de Ferreira (1999, p. 453), o termo “militar” significa “Indivíduo que faz parte do exército; soldado; ser militar; servir (no exército); estar em campanha”. Rocha (2013, p. 250) menciona que o militar vai além das externalidades e se configura por um vínculo, condição ou estatuto jurídico que cria o Estado e que estabelece direitos e obrigações para um tipo de funcionário público

¹ <http://www.gendarmeria.gob.ar/>

que está adstrito a certa organização. Nesse contexto o pesquisador Harbert Saavedra (2017) comenta:

Apenas como escorço histórico, cabe registrar que, já há milhares de anos, o militarismo acompanha a evolução da sociedade. Há registros às pencas em escritos, desde a Antiguidade, que mencionam e corroboram a existência de tropas armadas na Grécia, Roma Antiga, Egito e China. Mais tarde, os exércitos evoluíram e passaram a utilizar-se de frotas marítimas para seus deslocamentos, o que deu ensejo à criação da Marinha. Os exércitos tinham regamentos diferenciados, e uma base hierárquica que nortearam suas ações até os dias contemporâneos, ocasião em que foram consignados por escrito estes regamentos, dando origem aos códigos militares. (SAAVEDRA, 2017).

Sobre a base hierárquica citada pelo pesquisador supra, verifica que a estrutura militar é calcada por uma série de princípios constitucionais, merecendo serem analisados os princípios da hierarquia e da disciplina. Ambos são a base institucional das Forças Armadas e das Polícias Militares, tanto que a CRFB destacou:

Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na **hierarquia e disciplina**, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

[...]

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na **hierarquia e na disciplina**, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (crfb, 1988). (grifou-se).

Em linhas gerais pode-se dizer que a hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, ocorrendo por postos ou graduações, e o respeito à hierarquia é demonstrado no espírito de acatamento à sequência de autoridade. Já a disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral da legislação que fundamenta o organismo militar e coordenam seu funcionamento, traduzindo-se pelo cumprimento do dever por parte de todos os seus integrantes. Assim, além da previsão constitucional e infraconstitucional da existência das polícias militares, ambas estão calcadas nos mesmos pilares básicos, ou seja, hierarquia e disciplina, fixando a estrutura militar.

De outra banda, conforme estabelece o dicionário de Ferreira (1999, p. 187), o termo desmilitarizar significa tirar o caráter militar, retirar as tropas. Soares (2015, p. 32) estabelece que desmilitarizar visa cortar o vínculo das polícias militares com o Exército, afastando a incidência de regimentos disciplinares inconstitucionais e autorizar os policiais militares a serem sindicalizados sob regras específicas, como por exemplo ocorre com a polícia civil. Já Cardoso (2017) afirma:

Frise-se que a desmilitarização não tem por fito desarmar a polícia, tampouco retirar o uniforme a polícia, nem mesmo tirar a autoridade da polícia, mas sim mudar o foco da formação e da atuação, em que o valor máximo defendido pelo policial passe a ser direitos de todos, inclusive os seus. Desmilitarizar é promover a separação constitucional do glorioso Exército Brasileiro, um verdadeiro apartar. Tem ainda o sentido de promover a transformação da atividade de policiamento em uma atividade eminentemente civil, tal como ocorre no restante do mundo. (CARDOSO, 2017).

Em linhas gerais, desmilitarizar visa retirar o caráter militar da polícia militar e transformá-la em uma polícia civil, separando-a da ideologia militar, visando diminuir os casos de abuso de poder, truculência, violência policial, tendo esta nova polícia uma estrutura diferenciada do modelo atual, sendo que temática será explorada mais amiúde no decorrer da presente pesquisa.

A seguir será explorado o contexto da violência, com ênfase na realidade brasileira, buscando verificar se existem critérios aptos a apontarem se uma polícia é ou não violenta.

SÍNTESE

No presente capítulo foi verificado que a polícia vai além de ser uma mera prestadora de serviço, pois faz parte da base da estrutura que propicia a vida em sociedade. Graças a sua existência, há a manutenção do Estado Democrático de Direito. As raízes históricas das polícias militares provém da *Maréchaussée* da França, que se transformou nas *Gendarmerias*, espalhadas por toda o globo, variando suas denominações, em Portugal sendo chamada de Guarda Nacional Republicana e no Brasil de Polícia Militar, existindo uma em cada estado da

federação (e no Distrito Federal). Somado a isso existem organizações que congregam polícias militares pelo mundo, como a Associação Europeia e Mediterrânea de Gendarmerias e de Forças Policiais com Status de Militares (FIEP), que tem como principal objetivo a promoção da cooperação, a troca de conhecimentos entre as polícias dos países que a integram, e a Força de Gendarmerie Europeia (Eurogendfor), que é voltada para atividades operacionais.

Estabeleceram-se conceitos referentes ao meio militar, os princípios basilares da hierarquia e da disciplina, visando subsidiar o entendimento sobre a desmilitarização das polícias ostensivas brasileiras. Tal assunto na atualidade faz parte da pauta de diversas discussões no que tange a diminuição dos atos abusivos cometidos por alguns policiais militares.

II - VIOLÊNCIA E USO DE MEIOS COERCIVOS PELAS POLÍCIAS MILITARES

O dicionário Houaiss (2009, p. 1948) traz o seguinte conceito de violência:

Qualidade do que é violento, ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral. Exercício injusto ou discricionário, ilegal, de força ou de poder. Constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se a vontade de outrem, coação, cerceamento da justiça e do direito (2009, p. 1948). (HOUAISS, 2009, p. 1948).

Peixoto (2014, p. 155) menciona que a palavra violência deriva do étimo latino *violentia*, sendo que o adjetivo *violentia* tem na sua base o substantivo *vis*, significando força, e ao longo da história a primeira conotação com o uso da violência reporta-se à subjugação do outro através da força física. Nessa esteira mostra-se interessante o pensamento de Veronese (2006):

A palavra violência vem do termo latino *vis*, que significa força. Assim, a violência é o abuso da força, usar de violência é agir sobre alguém ou fazê-lo agir contra sua vontade, empregando a força ou a intimidação. É forçar, obrigar. É também brutalidade: força brutal para submeter alguém. É sevícia e mau-trato, quando se trata de violência psíquica e moral. É cólera, fúria, irascibilidade, quando se trata de uma disposição natural à expressão brutal dos sentimentos. É furor, quando significa o caráter daquilo que produz efeitos brutais. Tem como seus contrários a calma, a doçura, a medida, a temperança e a paz. (VERONESE, 2006, p. 101-102).

Quanto a violência produzida pela livre consciência e vontade (dolosamente), contra a vontade de outrem, pode-se afirmar que é, em grande parte, dominável, restringível. Bobbio (1997) menciona:

Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária [...]. Além disso, a intervenção física, na qual a violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir. [...] Exerce Violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência imobiliza o corpo do outro, quem impede materialmente o outro de cumprir determinada ação. Geralmente a Violência é exercida contra a vontade da vítima. (BOBBIO, 1997, p. 1291).

Interessante o pensamento de Chauí (1999, p. 337) afirmando que em nossa cultura a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser, ocorrendo a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de

alguém. Conclui afirmando que a violência se opõe a ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Os conflitos urbanos geram angústia pública, onde a sensação de segurança torna-se distante.

É senso comum que a violência sempre existiu e não há notícia de nenhuma sociedade absolutamente isenta dela. Com o passar dos tempos as formas de violência foram evoluindo, se aprimorando e diversificando, estando presente no cotidiano do ser humano. Todavia, visando manter a ordem pública e reprimir atos agressivos atentatórios a paz social, o Estado se vale do monopólio do uso legítimo da violência para conter a própria violência, e dessa forma surgem as instituições policiais. Sobre o monopólio da violência estatal argumenta Max Weber (2005):

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão.

Seguindo essa senda é fácil perceber que com o nascimento do Estado moderno aparecem as primeiras instituições policiais (que até então eram utilizadas principalmente para proteger a realeza), visando inicialmente a manutenção dos poderes constituídos, evoluindo para a proteção da população e a manutenção da ordem pública. (WEBER, 2005, p.66).

Uma diferenciação deve ser estabelecida entre a violência policial e a violência do trabalho policial, pois aquela é resultado da utilização ilegal do poder estatal conferido ao policial, enquanto que esta é inerente ao seu trabalho, pois atua em situações conflitantes. Estabelece a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em seu art. 12, que “a garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada”. Dessa forma, o uso da força é legítimo para a manutenção da lei e da ordem e especialmente para a garantia dos direitos da população.

Afirma Costa (2004) que as forças policiais são instituições autorizadas a usar a força, porém é necessário diferenciar entre uso da força e violência policial, sendo que a linha demarcatória entre essas duas categorias não é muito clara e varia de acordo com a época e a sociedade. Segundo Pinheiro e Almeida (2003, p. 28), a violência é arrebatadora, exagerada enquanto a força é comedida. Ao passo

que o uso da força é prudente, dentro de seus limites, a violência é força cega, que não enxerga as consequências de seus atos.

Na ação policial, a tênue linha que separa o uso da força comedida e moderada da violência como força cega e brutal, é uma das questões que está cotidianamente no cerne da intervenção do policial militar no exercício de sua função. Mencionando a linha frágil que regula as ações policiais entre a legalidade e a ilegalidade, cita-se o pensamento de Adriana Loche (2010):

O uso da força pela polícia se caracteriza tanto pelas situações de legalidade quanto por situações em que a margem entre o legal e o ilegal é bastante tênue. O exercício ilegal e ilegítimo do uso da força pela polícia, vulgarmente conhecido como violência policial, é um conceito de difícil definição, que abrange muitas nuances do trabalho policial e não há um consenso sobre como defini-lo de forma inequívoca, pois não existe uma violência policial, mas diversas formas que devem ser compreendidas em seus contextos e situações particulares. (LOCHE, 2010, p. 43).

Uma determinada prática policial que hoje pode ser vista como legítima, legal e até mesmo normal, pode ser interpretada como violenta, ilegítima e ilegal em outra época, pois culturalmente há sociedades mais violentas, o que evidencia a influência de certas peculiaridades regionais na solução de conflitos. Em decorrência disso, há polícias que usam meios coercivos mais que outras, considerando que os policiais são recrutados da própria sociedade, trazendo sua cultura e valores, muitas vezes mostrando divergências quanto aos treinamentos realizados e as ordens recebidas.

Na tentativa de cumprir fielmente sua missão, a polícia pode falhar (como qualquer instituição pública), em qualquer lugar do planeta, em níveis aceitáveis ou não. Conforme estabelece Mena (2015, p. 26), a peculiaridade do trabalho policial, que pede resoluções imediatas para situações complexas e imprevisíveis, contribui para desvios de conduta e uso excessivo de armas de fogo, pondo em perigo tanto policial como suspeito. Bittner (2003) diz:

Entre os fatores que contribuem para o abuso do poder policial estão incluídos os traços da personalidade do policial enquanto indivíduo e a ausência de controle por parte do departamento; mas a causa principal é a incompetência profissional. O trabalho policial é uma ocupação extraordinariamente complexa, difícil e séria, que freqüentemente exige grande habilidade e capacidade de julgamento. (BITTNER, 2003, p. 37).

No Brasil, as ações policiais nunca foram tão questionadas, estudadas e criticadas, pois tendo o monopólio do uso da força, a polícia está sujeita a falhar, exacerbando dos poderes que possui, surgindo os abusos no uso dos meios coercivos, também conhecidos como violência policial. Violência policial é uma denominação genérica, abrangente, abarcando diversas formas de violência, desde abuso de autoridade (uso intencional de força excessiva, agressões psicológicas, morais etc.), passando pela tortura até chegar ao crime capital que é o homicídio. Ainda, pode-se citar como fonte de violência policial a corrupção, que para ser mantida necessita de ações ilegais, gerando até mesmo reflexos externos, como no caso das chamadas “milícias”, que em alguns casos contam com a atuação de policiais para seu implemento e manutenção, além dos chamados “grupos de extermínio”, que contam não raras vezes possuem policiais entre seus integrantes.

O Abuso de Autoridade, crime previsto na lei nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965, abrange as condutas abusivas de poder. Abuso de poder é gênero do qual surgem o excesso de poder ou o desvio de poder ou de finalidade. O excesso de poder ocorre nos casos em que o agente público pratica atos além de sua competência legal, enquanto o desvio de poder acontece quando o agente público atua contrariamente ao interesse público, desviando-se da finalidade pública. Já os atos de tortura são considerados crimes, previstos na Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997. Comentando sobre a gênese histórica da violência policial no Brasil, afirma Dornelles (2003):

A violência policial no Brasil faz parte de uma longa herança histórica que marca, entre outras coisas, as relações de classe e, principalmente, as históricas relações de opressão entre as elites governantes e as classes subalternas nos marcos de uma sociedade culturalmente oligárquica, excludente, elitista e autoritária.

Tratar, portanto, da violência policial nesta sociedade é falar sobre o legado de uma sociedade violenta e desigual na sua origem, estruturalmente injusta, onde a própria gênese da instituição policial se confunde com as práticas dos colonizadores e dos senhores de escravos que formavam contingentes comandados por “capitães do mato” com o objetivo, entre outros, de capturar e castigar exemplarmente os “negros fugidos”. (DORNELLES, 2003, p. 74).

Pode-se dizer que a gênese da ação letal da polícia nada mais é do que uma deficiência do Estado ao cumprir sua tarefa de manter a ordem pública e promover a pacificação dos conflitos. Peschanski e Moraes (2015, p. 65) dizem que

a violência policial no Brasil necessariamente passa pela economia política, pois o extermínio só é racionalmente possível e politicamente aceito quando a vida é supérflua, e a vida do bandido não tem valor porque ele é bandido e que é bandido porque sua vida não tem valor para a sociedade.

Conforme explica Costa (2011, p. 252), a sociedade civil cobra, por um lado, a pronta atuação das forças policiais no enfrentamento da desordem social, assim como a rápida solução dos crimes e a punição rigorosa dos delinquentes. Por outro lado exige que a atividade policial e a repressão sejam exercidas conforme o Estado de Direito e a observância dos direitos humanos. Mingardi (2015, p. 15) lembra que os atos abusivos perpetrados por policiais militares não são fenômenos exclusivamente brasileiros, ocorrendo também em outros países. Na realidade, o que muda é o grau e os motivos dessa violência.

Todavia, para sentenciar que a polícia militar é uma das fontes geradoras de violência são necessários critérios científicos, pois é senso comum que ela faz parte da solução e não do problema dessa endêmica doença social. Apoiar-se em argumentos empíricos não é o caminho mais adequado, e em razão disso passa-se a pesquisar quais são os parâmetros para identificar se uma polícia é ou não violenta.

PARÂMETROS PARA IDENTIFICAR O USO ABUSIVO DE MEIOS COERCIVOS

Utilizando-se da violência legítima, a polícia intervém contra violações da lei e da paz social, sendo que nos enfrentamentos da criminalidade por vezes ocorre um resultado letal, que é uma possibilidade diante das peculiaridades de uma atuação policial. Mesquita Neto (1999), abordando o uso indevido da força como instrumento de controle social afirma:

Desde a transição para a democracia, o apoio governamental ao uso da violência policial como instrumento de controle político diminuiu no país e praticamente desapareceu nos estados das regiões Sul e Sudeste. Embora essa modalidade de uso da violência policial tenha diminuído, a violência policial enquanto tal não desapareceu, passando a ser usada sobretudo como instrumento de controle social e mais especificamente como instrumento de controle da criminalidade. Além disso, com o declínio do uso político da violência policial, o problema da violência policial se tornou mais visível, ou melhor, emergiu como um problema diferente e independente do problema da violência política, afetando não apenas os oponentes do

governo ou do regime político mas também, e principalmente, a população pobre e marginalizada. (MESQUITA NETO, 1999, p. 131).

O uso da força é uma das formas utilizadas pela polícia para salvar vidas, aplicar a lei e garantir os direitos dos cidadãos, mas seu uso deve sempre ser justificável. No contexto mundial da violência e da criminalidade, mostra-se complexa a tarefa de definir se uma polícia é ou não tendo por premissas ações isoladas ou apelos midiáticos, sendo necessários critérios científicos para este fim. Na busca por informações técnicas, coletar dados policiais por vezes mostra-se uma tarefa difícil, pois nem todas as polícias disponibilizam seus atendimentos e confrontos.

Neste sentido, Costa (2017) aduz que uma das dificuldades enfrentadas por aqueles que se dedicam ao estudo da violência policial é saber como aferi-la e como lidar com as informações disponíveis, pois os dados sobre violência policial fazem parte das “cifras ocultas”, que dificilmente são divulgadas pelas autoridades policiais. Comenta Eduardo Cerqueira Batitucci (2007) que as estatísticas policiais são reconhecidamente falhas para a mensuração global da criminalidade de determinado local, afirmando:

Um primeiro grande problema relativo à contabilidade de comportamentos ilegais na sociedade, percebidos por meio de estatísticas oficiais de criminalidade, produzidas a partir de registros administrativos, tais como Boletins de Ocorrência ou Declarações de Óbito, refere-se à abrangência das estatísticas oficiais e aos problemas de subnotificação. É evidente que, como refletem as informações que chegam ao conhecimento do Estado, as estatísticas oficiais em segurança pública implicam variados graus de subnotificação, em virtude das ocorrências ou fatos que não chegam ao conhecimento da polícia ou do Estado. (BATITUCCI, 2007, p. 07).

Quanto aos homicídios há uma menor incidência de subnotificações, pois a possibilidade de ocultação da materialidade do crime se mostra menos acentuada. Nesta toada, a seguir serão analisados alguns dados colhidos por Loche (2010, p. 46-52), comparando a polícia da cidade de Nova York, compilados no *Uniform Crime Reports*, que é um relatório nacional de estatísticas criminais, com a polícia do estado de São Paulo (civil e militar, em serviço e fora de serviço) publicadas pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Em seu trabalho, foram analisados três indicadores: a) Civis mortos e feridos na ação policial; b) Civis e policiais mortos na ação policial e c) Mortes provocadas pela ação policial e os homicídios dolosos.

No que tange ao civis mortos e feridos na ação policial, em situações de confronto, o que se espera é que o número de feridos seja sempre superior ao número de mortos. Se a polícia mata mais do que fere, isto nos sugere que a polícia atira deliberadamente, sem levar em consideração a necessidade da ação. Observe-se as duas tabelas infra:

Tabela 1: Mortes provocadas pela polícia da cidade de Nova York

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
civis mortos	23	30	26	30	20	19	11	14	11	12	196
civis feridos	54	61	55	44	39	43	31	21	17	25	390
proporção*	0,4	0,5	0,4	0,7	0,5	0,4	0,3	0,7	0,6	0,5	0,5

(*) Refere-se ao número de civis mortos para cada civil ferido.

Tabela 2: Mortes provocadas pelas polícias do estado de São Paulo

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
civis mortos	595	459	610	915	663	329	576	438	431	549	5565
civis feridos	386	439	420	705	525	450	420	417	368	393	4523
proporção*	1,54	1,05	1,45	1,30	1,26	0,73	1,36	1,05	1,17	1,39	1,24

(*) Refere-se ao número de civis mortos para cada civil ferido.

Chama a atenção que para o estado de São Paulo, à exceção do ano de 2005, pode-se perceber que número de civis mortos, no período de 10 anos, foi sempre superior ao número de civis feridos. Quanto aos civis e policiais mortos em ação policial, tem-se os seguintes números:

Tabela 3: Mortes de civis e policiais na cidade de Nova York

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
civis mortos	23	30	26	30	20	19	11	14	11	12	196
policiais mortos	3	3	2	6	3	3	0	0	0	2	22
proporção*	7,7	10	13	5	6,6	6,3	11	14	11	6	8,9

(*) Refere-se ao número de civis mortos para cada policial morto.

Tabela 4: Mortes de civis e policiais no estado de São Paulo

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
civis mortos	595	459	610	915	663	329	576	438	431	549	5565
policiais mortos	49	49	59	33	27	28	38	36	22	22	363
proporção*	12,1	9,4	10,3	27,7	24,6	11,7	15,2	12,2	19,6	24,9	16,3

(*) Refere-se ao número de civis mortos para cada policial morto.

A pesquisadora menciona que a média do período analisado foi de 8,9 civis mortos para cada policial, sendo que estes dados sugerem uma preocupação em agir segundo a ameaça representada, tentando ao máximo a preservação de vidas. Quanto ao que ocorreu nos últimos dez anos no estado de São Paulo, aduz a pesquisadora que a média na década foi de 16,3 civis mortos para cada policial morto, revelando este dado que há uma violência desproporcional à ameaça apresentada e que o uso da força letal é uma prática deliberada, colocando não apenas a vida de civis em risco, mas também a vida dos próprios agentes policiais.

Já as mortes provocadas pela ação policial, comparando com os homicídios dolosos ocorridos no mesmo período, tem-se o seguinte:

Tabela 5: Homicídios dolosos e mortes por policiais na cidade de Nova Iorque

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
civis mortos	23	30	26	30	20	19	11	14	11	12	196
Homicídio doloso	2460	2016	1510	1353	1093	924	903	952	960	909	13040
proporção*	0,9	1,5	1,7	2,2	1,8	2,0	1,2	1,5	1,1	1,3	1,5

(*) Refere-se ao percentual de civis mortos em relação aos homicídios em geral.

Tabela 6: Homicídios dolosos e mortes por policiais no estado de São Paulo

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
civis mortos	595	459	610	915	663	329	576	438	431	549	5565
homicídio doloso	12638	12475	11847	10954	8753	7592	6559	5153	4690	4799	85460
proporção*	4,71	3,68	5,15	8,35	7,57	4,33	8,78	8,50	9,19	11,43	6,5

(*) Refere-se ao percentual de civis mortos em relação aos homicídios em geral.

Comentando as tabelas 5 e 6, aduz Loche que este indicador vem sendo utilizado para medir o uso da força letal pelas polícias e até mesmo para definir se

estas ações são justificadas ou não. Todavia, este indicador não pode ser considerado isoladamente, pois não há uma definição do que seria ou não aceitável como um número mínimo de homicídios. Ela afirma que os percentuais do estado de São Paulo não deveriam ser os mesmos de Nova Iorque, mas que o número de mortes provocadas pelas polícias de São Paulo podem revelar as características de uma política de segurança pública que se baseia na repressão arbitrária, e cuja eficácia se mede pelo número de suspeitos mortos nos aludidos confrontos.

Apesar de ser uma pesquisa de fôlego, crê-se que a análise não foi a mais adequada, pois comparou a cidade de Nova Iorque, com uma população de cerca de 8 milhões de habitantes, com o estado de São Paulo, com cerca de 45 milhões de habitantes, além das diferenças econômicas, sociais e culturais. Não bastasse a questão da disparidade populacional, salta aos olhos a diferença nos números de homicídios, pois em dez anos ocorreram 13.040 homicídios dolosos em Nova Iorque, e no mesmo período ocorreram 85.460 no estado de São Paulo, revelando a dificuldade de estabelecer-se um critério aproximado.

Os indicadores de civis feridos tendem a ter um maior número de subnotificações, derivado dos diversos contextos que ocorrem, pois nem todos que sofrem ferimentos pela polícia se dispõem a deslocar até uma delegacia ou posto policial a fim de relatar o ocorrido, e os policiais, algumas vezes, agredem e não descrevem o fato, para evitar produzirem provas contra si. Finalizando a análise da pesquisa de Adriana Loche, cabe ressaltar que as mortes analisadas no estado de São Paulo foram causadas “pelas polícias”, ou seja, não somente da polícia militar, apesar de esta ter o maior efetivo e agir mais diretamente no atendimento de ocorrências, especialmente nas de enfrentamento letal.

Pesquisando por outros critérios, percebe-se que existem alguns padrões nacionais e internacionais tentando estabelecer até que ponto a letalidade policial é considerada aceitável. A pesquisadora Loche diz que o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), dos Estados Unidos, afirma que é aceitável uma relação de 12 civis mortos para cada policial morto, enquanto o pesquisador Chevigny (1991, p. 198) aduz que quando são mortos dez vezes mais civis do que policiais, isso sugere que a força letal empregada pela polícia pode estar sendo usada além de sua função de proteger vidas. Assim, comparando os dados apresentados e utilizando-se dos critérios do FBI e de Chevigny, que não são unânimes, é possível apontar que as polícias do estado de São Paulo são violentas. Ampliando a análise da

temática, tem-se os dados fornecidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2016, confeccionado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mencionando que no ano de 2015 ocorreram 58.467 homicídios no Brasil (em torno de 6 homicídios por hora), e 3.320 deles foram causados por intervenções policiais, ou seja, 1,76%.

Com o objetivo de ampliar a discussão, cita-se outro comparativo, envolvendo Brasil, Portugal e Espanha, no ano de 2015. Observando-se os números, uma análise entre a criminalidade de Portugal, Espanha e Brasil mostra-se inadequada, devido a dimensão populacional do último. Assim, apenas a título ilustrativo apresenta-se uma breve comparação entre os homicídios ocorridos em Portugal e Espanha *versus* os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, respectivamente, devido a similitude do número de habitantes.

Tabela 7: comparativo entre o tamanho da população e os homicídios ocorridos no ano de 2015.

	População	Homicídios	Taxa de homicídio anual dividido por 100 mil habitantes
Brasil	207.715.500	58.467*	28,44
Espanha	46.539.026	303**	0,65
São Paulo	45.116.130	3.521*	7,84
Portugal	10.292.190	102***	1,00
Rio Grande do Sul	11.328.802	2.608*	23,02

* Fórum Brasileiro de Segurança Pública – <http://www.forumseguranca.org.br>.

** Instituto Datasmacro - <https://www.datasmacro.com/demografia/homicidios/espana>.

*** Relatório Anual de Segurança Interna - [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202016.pdf).

Conforme explica o Observatório de Segurança Pública (2011), a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera aceitável o número de 10 mortes a cada grupo de 100 mil habitantes. Utilizando-se o critério da OMS, que analisa apenas homicídios, percebe-se que o Brasil é um país com índices acima dos aceitáveis, mas o estado de São Paulo tem números abaixo do considerado justificável.

A utilização apenas das ocorrências de homicídio como indicadores de ações violentas de uma polícia parece não ser capaz de apontar o nível de abuso nos uso dos meios coercivos por ela empregada, pois o uso da força e de arma de fogo não tem tanta expressividade frente ao grande número de ocorrências atendidas, cabendo repisar que há várias formas de violência, como por exemplo a

psicológica, sexual, de gênero, étnico-racial, causadas por negligência, imprudência etc., sendo o homicídio apenas uma delas. Além da discussão quanto a análise do indicador homicídio, mostra-se temerário comparar as polícias de diferentes nações, pois a realidade fática existente em cada uma delas difere muito, pois que a origem da criminalidade muda de um País para outro, destacando-se as diferenças culturais, desigualdades sociais, taxas de natalidade em famílias de baixa renda, carências de educação formal, desemprego, densidade demográfica, migração e imigração, refugiados, impunidade, diversidade de valores éticos e morais, corrupção etc. Devido a toda essa gama de fatores, parece ser inviável a comparação entre polícias de países diferentes, pois suas atuações dependem do contexto e dos múltiplos critérios supracitados².

Outro ponto que cabe ressaltar é que o uso de indicadores e estatísticas criminais buscam auxiliar o Estado na implementação de estratégias mais eficientes no enfrentamento da criminalidade e de uma maior eficácia no trabalho da polícia. Apesar da dificuldade brasileira de possuir dados mais concretos da atuação das polícias, em especial da polícia militar, a coleta das informações deve ser estimulada, pois podem ajudar sobremaneira em ações policiais mais assertivas. Nesse contexto, cita-se o raciocínio de Lima (2014):

De um lado existem muitos pesquisadores que creem que as estatísticas criminais estão corrompidas por erros de medição resultantes de diferenças nas práticas dos trabalhos das polícias, ou por falta de treinamento dos responsáveis pela coleta das informações primárias dos fatos criminosos. Por outro, alguns estudiosos preferem assumir que, ainda que tais problemas existam, eles necessariamente não impedem o uso das estatísticas criminais para determinar a eficácia de políticas destinadas a reduzir a criminalidade. (LIMA, 2014, p. 217).

Feitas estas considerações, parece não ser adequado afirmar que as polícias militares são violentas, tendo em vista uma série de fatores, entre eles a escassez de pesquisas e as divergência de critérios científicos aptos a mensurarem o fenômeno. É temerário ter como baliza os números do estado de São Paulo (que é o segundo em número de homicídios, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro),

² Apenas para ilustrar, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul (<http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>), a Brigada Militar, no ano de 2016, registrou e documentou 2.833.680 intervenções, dentre as quais se destacam 108.670 prisões, 775.703 veículos autuados e 238.318 bares fiscalizados.

pois não representa a realidade brasileira, que possui polícias militares em 26 estados da federação (mais o Distrito Federal), com diferenças substanciais na abrangência populacional. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), São Paulo é o estado mais populoso, com, 45.116.130 habitantes, Minas Gerais é o segundo, com 21.119.536, e o terceiro é o Rio de Janeiro, com 16.718.956, tendo Roraima a menor população, com 522.636 habitantes. Em consequência das diferenças regionais e populacionais, o contingente de policiais e as missões desempenhadas também não são as mesmas, fazendo imprecisa uma generalização das polícias militares destes entes federativos.

Por outro lado, há um grande número de óbitos resultantes dos confrontos entre criminosos e policiais militares, somados a subnotificações de casos de agressões sem morte e o histórico de atuações arbitrárias (individuais e coletivas), gerando insatisfação e revolta em âmbito nacional e internacional. Dentre estas atuações, o jornal O Globo (2016) destacou o massacre da casa de detenção (Carandiru), onde cento e onze presos foram mortos; a chacina da favela Vigário Geral, com vinte e um mortos; as agressões ocorridas na baixada fluminense, tendo também vinte e um mortos; a vingança na igreja da candelária, restando oito mortos; e recentemente o caso da execução do ajudante de pedreiro Amarildo. Todos estes casos tiveram a participação de policiais militares, sendo que alguns dos envolvidos já foram condenados judicialmente.

De todo o exposto neste tópico, resta fazermos considerações a respeito dos sistemas constitucional e penal brasileiros. O princípio da presunção da inocência é direito fundamental (também denominado de princípio da não-culpabilidade), insculpido na CRFB em seu art. 5º, inciso LVII, prescrevendo que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Basear estudos científicos em números de óbitos resultantes de confrontos entre polícia e suspeitos parece não ser a melhor estratégia. O método correto, científico (porém trabalhoso) seria realizar uma pesquisa analisando o produto final dos enfrentamentos que geraram homicídios, ou seja, obter o número de sentenças penais condenatórias transitadas em julgado aplicadas aos policiais militares envolvidos nestes embates.

Estabelece a legislação penal brasileira que não há crime quando o agente pratica o fato em alguma das situações inculpidas no art. 23 do Código Penal Brasileiro, pois caso presente uma dessas causas excludentes de ilicitude (estado

de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito), afasta-se um dos elementos do crime que é a contrariedade ao direito.

De posse dos números de condenações, é possível estabelecer uma série estatísticas comparando ações ditas abusivas perpetradas por policiais militares. A falta destes dados compromete a cientificidade das pesquisas relacionadas ao assunto, pois nem todo óbito resultante de um confronto entre policiais e suspeitos serve de baliza para estabelecer se policiais utilizam abusivamente dos meios coercivos delegados pelo Estado.

Destarte, é inegável que há atitudes arbitrárias perpetradas por parte de alguns policiais militares, e como o foco do presente trabalho são as atitudes violentas geradas por estes profissionais, faz-se necessário analisar se a desmilitarização resultaria na diminuição de tais condutas, o que será realizado no próximo capítulo.

SÍNTESE

É necessário que o Estado se faça presente em todas as áreas do convívio social, implementando estratégias mais eficientes no enfrentamento da criminalidade, não deixando este trabalho apenas a cargo da polícia militar. Há vários tipos de ações abusivas que podem ser empregadas pelas polícias, sendo questionável utilizar-se apenas o número de homicídios decorrentes de confrontos armados com critério para aferir se uma polícia é ou não violenta.

Examinando a legitimidade do monopólio da violência, explorou-se o uso abusivo da força por parte dos órgãos públicos encarregados de realizar o enfrentamento da criminalidade, mais especificamente a polícia militar, que faz parte da solução do problema e não o contrário. Conclui-se que há dificuldades em aferir se uma polícia militar é ou não violenta, pois restam dúvidas quanto a exatidão dos critérios até então utilizados, pois o Estado Democrático de Direito exige que para um policial ser considerado culpado é necessária uma sentença penal condenatória transitada em julgado, o que por sua vez subsidiaria uma pesquisa científica sobre este fenômeno.

III - DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES NO BRASIL

No atual quadro de violência existente no Brasil, que contabiliza números de homicídios maiores do que alguns países em guerra, o uso abusivo da força é visto como uma das causas desta situação, sendo que alguns pesquisadores atribuem isso a militarização da segurança pública, uma vez que as ações de polícia ostensiva são realizadas pelas polícias militares. Neste contexto, a desmilitarização surge como uma possível solução para o fenômeno, ou ao menos para que a polícia seja menos agressiva e truculenta.

Tamanha é a repercussão de certas ações letais das polícias militares, que as discussões sobre a desmilitarização são alvo de debates internacionais, como por exemplo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos, e o Conselho de Direitos Humanos ONU. Há opiniões contra e a favor da manutenção da polícia militar, e até mesmo propostas legislativas para uma mudança estrutural do atual modelo de polícia ostensiva brasileira.

A DESMILITARIZAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE DIMINUIÇÃO DE ABUSO NO USO DE MEIOS COERCIVOS

Inicialmente é forçoso analisar a abrangência de uma possível desmilitarização, pois caso ocorra, não se terá mais uma polícia militar, e sim uma polícia regida por um estatuto civil. Por consequência lógica, desmilitarizando não ocorreria diminuição da violência empregada pela polícia militar, por que simplesmente esta não mais existiria, sendo que as expectativas seriam voltadas para que minimizassem os índices de violência policial na atuação desta nova polícia, agora civil. Também há que se considerar a existência de propostas sugerindo que ocorra unificação entre as polícias civis e as polícias militares, já que ambas são estaduais, sendo regida por um estatuto civil.

Vencidas essas informações preliminares, afirmando que o militarismo não é coerente com questões de segurança pública, tem-se o pensamento de Costa (2004):

A militarização teria difundido uma “ideologia militar” no trato de questões que são civis, como é o caso da segurança do cidadão, seria responsável por formas de atuação que foram batizadas de “militarismo”.

[...]

Junto com essa militarização veio a ideologia militar, a ideia de que existe um “inimigo interno” querendo subverter a ordem. Para que isso não comprometa a governabilidade das elites, é preciso adotar táticas de “guerra”, visando o combate e a derrota do inimigo imaginário. (COSTA, 2004).

Já Machado (2015) argumenta que se o Estado é de direito, a segurança pública não pode ser militarizada, pois as democracias exigem distinção entre as funções dos órgãos policiais e das forças armadas. Guerra é uma atividade típica dos militares, mas nunca das polícias, e dessa forma segurança interna do país só pode ser desempenhada por uma polícia de natureza civil. Freixo (2015, p. 11) aduz que desmilitarizar é urgente para se superar o paradoxo de termos em nossa democracia uma polícia concebida à semelhança das forças de repressão do antigo regime militar, sendo a iniciativa um passo importante para que os servidores da segurança pública convivam com a democracia, recebam treinamento adequado e sejam valorizados. A diferença entre os servidores públicos civis e militares ocorre em razão de suas peculiaridades, conforme aduz José Roberto Castro (2016):

Os direitos e deveres dos militares são muito diferentes. Os militares não fazem greve, não têm hora extra, não podem ter outros empregos e pode ser removido a qualquer tempo. O militar ainda tem um contrato não escrito de entregar a vida para defender o país. Então, não dá para colocar junto. (CASTRO, 2016).

Além disso, os militares devem ter dedicação exclusiva ao serviço, sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, disponibilidade permanente, pois se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, mobilidade geográfica (pode ser movimentado em qualquer época do ano, para qualquer lugar do estado), manutenção do vigor físico (é submetido durante toda a sua carreira a periódicos exames médicos e testes de aptidão física), formação específica, aperfeiçoamento constante, proibição de participar de atividades políticas, proibição de sindicalizar-se e de participação em greves, restrições a direitos trabalhistas, e por fim o dever de proteger a sociedade mesmo com o risco da própria vida. O antropólogo Luiz Eduardo Soares (2017) discorre sobre as características supra,

afirmando que em decorrência delas os militares são as principais vítimas do ordenamento castrense, *in verbis*:

Nesse contexto, dar-se-ia a super-exploração da força de trabalho policial, calada e domesticada pelo arbítrio punitivo dos superiores sobre os subalternos, em benefício de governos estaduais insensíveis à dignidade do trabalho e aos direitos humanos dos operadores da segurança pública menos graduados. Impedidos de se organizar, criticar, propor mudanças e formular demandas, os policiais seriam as primeiras e principais vítimas de um ordenamento discricionário e autoritário. (SOARES, 2017).

Zaverucha (2011, p. 109) afirma que forças policiais serem auxiliares do Exército é algo típico durante os regimes autoritários, pois nas democracias somente em período de guerra é que as polícias militares ficam nesta situação. Em tempo de paz, continua o pesquisador, o Exército é quem se torna reserva da polícia, auxiliando-a quando consegue dissuadir distúrbios sociais.

Com base no art. 34 da CRFB, no dia 16 de fevereiro de 2018 o presidente brasileiro assinou o decreto nº 9.288, versando sobre a intervenção federal DAS Forças Armadas no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, devido ao cenário de hiperviolência que assola aquela unidade da federação. Um general do Exército assumiu até o dia 31 de dezembro de 2018 a responsabilidade do comando da Secretaria de Segurança, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e do sistema carcerário no estado do Rio de Janeiro. Em 2017 o presidente já havia assinado um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para permitir o envio das tropas das Forças Armadas ao estado do Rio de Janeiro.

Percebe-se nestas iniciativas do governo federal que está ocorrendo uma verdadeira “policização” das forças armadas, pois estão assumindo papel típico das polícias ostensivas, tornando a questão da desmilitarização mais complexa, pois se por um lado alguns afirmam que a polícia militar deve ser transformada em civil, por outro o governo determina que as forças armadas desempenhem o papel das polícias militares.

Estabelecendo que estética das polícias militares não reflita a cultura bélica do Exército, Camargo (97, p. 49) menciona que policial fardado, possui um poder muito grande de intervir na vida do cidadão, pois a ele cabe, distante da presença física do superior hierárquico, exercer o poder de polícia, restringindo, dentro dos limites da lei, o uso abusivo da liberdade individual em proveito do interesse

coletivo. Complementa afirmando que o policial tem o dever de agir, algumas vezes utilizando mais energia, em situações tensas que por vezes necessitam ação imediata, restringindo direitos individuais. Já Martil (2014) considera o militarismo um meio e não um fim em si mesmo, válido enquanto ferramenta organizacional para a polícia militar, explicando:

Outro argumento recorrente entre os entusiastas da desmilitarização aponta para uma pretensa e indesejada robotização do servidor, se constituindo numa falácia. Dizer que o estabelecimento de diretrizes e procedimentos em uma atividade como a policial robotiza o servidor, tão somente por sujeitá-lo ao poder disciplinar e fiscalizatório militar, é não só subestimar a capacidade dos executores superestimando o papel do gestor que os fiscaliza. É reduzir a realidade das ruas a um arcabouço de regras procedimentais como se o executor não tivesse papel algum na resolução dos conflitos em concreto. (MARTIL, 2014, p. 74).

As discussões sobre a desmilitarização das polícias militares já ganharam contornos internacionais. Em 30 de maio de 2012 reuniram-se os membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sendo que durante os debates todos os países-membros foram convidados a apresentar sugestões para melhorar o quadro de direitos humanos nas demais nações. Foram feitas várias recomendações para que o Estado brasileiro avance no controle dos abusos cometidos pelos policiais, culminando com a aprovação do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre o Exame Periódico Universal (EPU) do Brasil, o qual apontou a extinção da estrutura militar das polícias estaduais como forma de reduzir a violência policial.

Esta é uma de 170 recomendações que os membros do Conselho de Direitos Humanos aprovaram como parte do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre o EPU do Brasil, uma avaliação à qual se submetem todos os países. A recomendação em favor da supressão da polícia militar foi obra da Dinamarca, que pede a abolição do "sistema separado de Polícia Militar, aplicando medidas mais eficazes para reduzir a incidência de execuções extrajudiciais". Todavia, conforme explicou Chade (2012), em 18 de setembro de 2012 o Brasil não acatou a sugestão da ONU, alegando soberania e previsão constitucional para a existência das polícias militares, conforme segue:

Sob o argumento de que fere a Constituição, o Brasil rejeitou na terça-feira (18) proposta apresentada na Organização das Nações Unidas (ONU) para acabar com a Polícia Militar. De uma lista de 170 sobre políticas de direitos humanos, a recomendação foi a única negada. Para o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares, houve um equívoco na

interpretação do texto - uma compilação de sugestões de diferentes países, incorporadas pelas Nações Unidas. Segundo o documento entregue pelo Brasil, publicado na terça-feira (18) no site da ONU, Brasília rejeitou a ideia, da Dinamarca, para "trabalhar na direção de abolir o sistema separado de Polícia Militar". (CHADE, 2012).

Esse tipo de recomendação da ONU acaba parecendo contraditório, pois existem polícias militarizadas em dezenas de países membros dessa organização, conforme visto no primeiro capítulo. De outra banda, na atualidade há vários projetos de emendas constitucionais tramitando no Congresso Nacional, propondo alterações no sistema de segurança pública.

Dentre elas, há algumas versando sobre a desmilitarização das polícias militares, sendo que a mais polêmica é número 51, de setembro de 2013, cujo autor é o Senador Lindbergh Farias, que contou com o auxílio do antropólogo e ex-secretário nacional da segurança pública, Luiz Eduardo Soares. A mesma propõe a reestruturação do atual sistema de segurança pública do país, partindo da desmilitarização, estabelecendo carreira única para os servidores, unificando as polícias que farão tanto o trabalho ostensivo, de policiamento uniformizado, como a investigação criminal. Na justificativa da referida PEC, no item 4.A, explica Farias (2013):

[...] implica reestruturação profunda da instituição policial, no caso, da atual Polícia Militar, reorganizando-a, seja quanto à divisão interna de funções, seja na formação e treinamento dos policiais, seja nas normas que regem seu trabalho, para transformar radicalmente o padrão de atuação da instituição. Sem prejuízo da hierarquia inerente a qualquer organização, a excessiva rigidez das Polícias Militares deve ser substituída por maior autonomia para o policial, acompanhada de maior controle social e transparência. O policial deve se relacionar com a sociedade a fim de se tornar um microgestor confiável da segurança pública naquele território, responsivo e permeável às demandas dos cidadãos. (FARIAS, 2013, p. 07).

Dentre outros argumentos, Soares (2017) estabelece que só seria racional reproduzir na polícia o formato do exército se as finalidades de ambas as instituições fossem as mesmas, e conclui:

Além de tudo, corporações militares tendem a ensejar culturas belicistas, cujo eixo é a ideia de que a luta se dá contra o inimigo. Nas PMs, tende a prosperar a ideia do inimigo interno, não raro projetada sobre a imagem estigmatizada do jovem pobre e negro. Uma polícia ostensiva preventiva para a democracia tem de cultivar a ideia de serviço público com vocação igualitária e radicalmente avessa ao racismo. (SOARES, 2017).

Apresentando uma série de argumentos contrários a aprovação da referida proposta, elenca-se duas defendidas por Bruno Fontenele Cabral (2013):

O primeiro argumento contra a aprovação da PEC 51 é que a desmilitarização da Polícia Militar geraria um cenário de falta de controle, de desordem pública, o que permitiria a práticas de inúmeros excessos por parte de uma polícia ostensiva sem as amarras de controle do Código Penal Militar. Assim, a desmilitarização da Polícia Militar ocasionaria uma forte instabilidade institucional, uma vez que haveria o enfraquecimento da hierarquia e disciplina do aparato repressivo do Estado. Ora, a polícia ostensiva fardada existe em todos os países democráticos do mundo. Ou seja, mesmo nas democracias mais avançadas, há a necessidade de existir uma polícia ostensiva, responsável pelo controle dos cidadãos, uma vez que apenas o Estado detém o monopólio do uso legítimo da violência e da força coercitiva.

O segundo argumento contra a aprovação da PEC 51 é que a unificação entre a Polícia Civil e a Polícia Militar é totalmente inviável do ponto de vista prático. As carreiras da Polícia Civil e da Polícia Militar são tão diferentes entre si que seria praticamente impossível estabelecer a união das duas instituições completamente distintas numa única só. Por exemplo, a carreira da Polícia Civil é formada pelo cargo de Delegado de Polícia, Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Papiloscopista e Perito Criminal, entre outros. Já a carreira da Polícia Militar é organizada em patentes nos moldes das Forças Armadas, com a existência de cargos de oficiais e não oficiais. (CABRAL, 2013).

Outro fator digno de menção é que o art. 60, § 4º da CRFB (que trata das cláusulas pétreas) estabelece a impossibilidade de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa do Estado. Assim, a criação pela União de uma polícia desmilitarizada fere a autonomia dos estados e Distrito Federal, sendo inconstitucional. Dessa forma, não há consenso entre os pesquisadores quanto a eficácia da desmilitarização das polícias militares, pois existem inúmeras divergências na temática. O cenário mostra-se indefinido, pois o principal foco da desmilitarização é o combate da criminalidade, tendo uma nova polícia menos truculenta, sendo a diminuição do abuso do uso de meios coercivos uma possível consequência.

A POLÍCIA MILITAR É ABUSIVA POR SER MILITAR?

O cenário de violência tende a irradiar na população uma sensação de desproteção e fragilidade, com o consequente descrédito na capacidade do estado em controlar a criminalidade, gerando clamor público por mais medidas coercitivas do estado. Alguns governadores estaduais optam pelo modelo reativo, adotando políticas populistas com ênfase na utilização de instrumentos e ações repressivas

para conter a violência, desaguando na polícia, em especial na polícia ostensiva. Estabelecidas medidas impactantes de enfrentamento da criminalidade, o estado passa a ser mais uma fonte geradora de violência, pelos confrontos que acaba estimulando.

Dentro do contexto da violência empregada pela polícia militar, é preciso verificar se o simples fato de ser militar faz com que ela seja violenta, ou se há outros fatores determinando que o seu trabalho seja efetuado com rigor excessivo. Um dos pontos que devem ser analisados é que as polícias militares têm como comandante supremo os governadores dos estados, e dessa forma está sujeita a suas determinações, que podem variar desde critérios técnicos de atuação até medidas populistas, dependendo da agenda adotada, visando sanear possíveis deficiências nas políticas públicas vigentes, ou seja, apenas obedecem ordens. Em documento produzido pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Rocha (2016) afirma:

[...] é um erro descarregar sobre as Polícias Militares os desencontros que, hoje, ocorrem no terreno da segurança pública. Estas são apenas executoras das leis, das políticas e das estratégias traçadas pelas autoridades do primeiro escalão, certamente as mais visíveis e mais próximas da população e, por isso, as mais expostas e, talvez, as menos importantes. (ROCHA, 2016).

Apesar das recomendações internacionais e as cicatrizes derivadas do golpe militar de 1964, o fato é que há no Brasil uma verdadeira guerra civil, na qual a polícia militar é a principal defensora da comunidade. Em reportagem publicada no site da revista Exame, Bárbara Ferreira Santos (2016), cita dados do FBSP, que comparou estatísticas entre a guerra na Síria e os números de homicídios do Brasil, apresentando os seguintes dados:

Entre 2011 e 2015, a violência no Brasil matou mais pessoas que a Guerra da Síria, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015, o Brasil teve um total de 278.839 assassinatos, o que, de grosso modo, leva a uma média mensal de 4.647,3 vítimas. Os dados incluem as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio (roubo seguido de morte), lesão corporal seguida de morte e morte decorrente de ações policiais.

Já na Síria, entre março de 2011 e novembro de 2015, a guerra causou 256.124 mortes, segundo estimativa da Agência da Organização das Nações Unidas para os Refugiados. A média para esse período é de 4.493,4 mortes por mês.

Segundo a diretora-executiva do FBSP, Samira Bueno, o elevado número de mortes no Brasil “evidencia o fracasso do país em políticas públicas de

segurança. É absolutamente vergonhoso o governo federal não ter uma política nacional para reduzir o número de crimes violentos letais intencionais. Essas mortes mostram que existe uma total omissão por parte da União”, afirma Samira. (SANTOS, 2016).

O Brasil é um dos países mais violentos do planeta, que responde por cerca de 10% do total de homicídios no mundo. Os números são alarmantes e Beatriz Souza (2014) menciona:

Em 2012, 437 mil pessoas foram assassinadas em todo o mundo. O primeiro lugar ficou com Honduras, que tem a maior taxa de homicídios: foram 90,2 mortes para cada 100 mil hondurenhos.

Os dados são do "Estudo Global sobre Homicídio 2013", divulgado nesta quinta-feira pelo Escritório sobre Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC, na sigla em inglês).

Os países mais violentos do mundo são todos latino-americanos ou africanos, especialmente da América Central e do sul da África - consideradas as regiões mais perigosas do mundo.

Mas o Brasil ganha destaque quando se considera o tamanho de nossa população: mais de 10% dos assassinatos do mundo foram registradas no Brasil, o que coloca o país como o 16º mais violento do planeta. A taxa nacional é de 25,2 assassinatos a cada 100 mil habitantes, número 4 vezes maior que a média mundial, de 6,2/100 mil pessoas. (SOUZA, 2014).

Esta criminalidade exacerbada possui várias causas, muito debatidas, mas sem perspectivas de mudança a curto prazo. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016, do FBSP (2016, p. 6), o Brasil possuía no ano de 2014 um efetivo de aproximadamente 436.303 policiais militares. Em 2015, foram vítimas de homicídio 358 policiais, sendo 91 em serviço e 267 fora de serviço, e das intervenções policiais em ocorrências resultaram 3.320 vítimas. Em pesquisa encomendada ao Instituto Datafolha, o mesmo anuário divulgou os seguintes dados:

- a) 63% acham que os policiais não têm boas condições de trabalho;
- b) 59% têm medo de ser vítima de violência da Polícia Militar;
- c) 70% acham que as polícias exageram no uso da violência;
- d) 50% que afirmam que a PM é eficiente em garantir a segurança da população;
- e) 64% da população brasileira acredita que os policiais são caçados pelo crime. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016, p. 6).

Considerando que o Brasil possui elevados índices de criminalidade e que cabe a polícia militar o enfrentamento direto com os delinquentes, a consequência previsível é que o número de confrontos e óbitos seja elevado, e num universo de mais de 430 mil policiais militares, é inevitável ocorrerem desvios de conduta. Todavia, as políticas públicas para a redução da criminalidade acabam não tendo a

eficácia planejada (basta observar-se os números supra), restando a realização do controle social através de enfrentamento dos delinquentes, ou seja, deixando para a polícia militar, de alguma forma, suprir as deficiências estatais. Barros (2005) afirma que o problema da criminalidade não é só a polícia, mas da sociedade como um todo, pois o Brasil é o país do remédio, e não da vacina, visto que o policial militar não age preventivamente (vacina), mas após o crime ter ocorrido (remédio):

Aparentemente, a polícia é politicamente conivente para cuidar somente do “lixo” social. No espaço das políticas públicas – em vez de atuar como força comunitária e social, garantidora dos direitos civis dos cidadãos – os policiais, notadamente os que atuam “na ponta”, passaram a operar como “lixeiros”, executando uma espécie de faxina social. Para ser mais cordial com as palavras, tal como um dos entrevistados, a polícia passou a operar de acordo com a lógica do “remédio”, e não com a lógica da “vacina”. (BARROS, 2005, p. 92).

Como muitas vezes o esforço estatal fica reduzido a repressão, as polícias militares acabam ficando em evidência, pois para situações de violência, é necessário o uso da força. Pertinente é o raciocínio de Elisandro Lotin (2016), estabelecendo o contexto em que a violência abarca a atuação das polícias, especialmente das polícias militares:

Em uma breve análise, temos que o Estado brasileiro, em vez de fomentar políticas públicas pautadas na lógica da redução de enfrentamentos (que culminam em mortes de ambos os lados), faz justamente o oposto. Os discursos e ações dos poderes vão de encontro às estratégias de redução das mortes, ou pior, estimulam enfrentamentos que resultam em ações letais. Tais ações do estado se materializam de diversas formas, visto que, historicamente, as forças de segurança pública sempre foram usadas para o controle social no sentido da manutenção do status quo. (LOTIN, 2016, p. 28-29).

Em outras palavras, na medida em que o Estado abre mão de políticas educacionais, ou se omite na questão dos direitos sociais e utiliza as forças de segurança como forma de contenção social dos “excluídos”, ele incentiva confrontos que tornam policiais e população potenciais vítimas, e, no caso dos policiais, vítimas dúplices, visto que quando confrontado, o Estado não raras vezes culpa o policial, seja por ter agido ou por ter morrido. Por certo que os abusos cometidos por policiais militares não podem ser tolerados e devem ser sumariamente reprimidos. Devido a episódios de violência de alguns servidores, por vezes algumas polícias

militares acabam sendo estigmatizadas como opressivas, sendo percebidas como ameaça a comunidade.

Os efeitos de uma polícia militarizada podem ser vistos a contrário sensu, quando em vez de irem para as ruas, decidem utilizar-se de pretextos para se absterem, já que a greve é vedada aos militares. Os subterfúgios que estão sendo utilizado na atualidade é colocar as esposas, filhos e policiais aposentados nas portas dos quartéis, evitando que as viaturas saiam para as ruas, e com essas medidas, produzidas por associações de policiais (não há sindicatos das polícias militares, devido a uma vedação constitucional), acaba sendo uma paralisação aos moldes de uma greve.

Com a manchete “Greve de policiais termina com aumento de 156% de mortes na região metropolitana de Salvador”, o site UOL (2016) noticiou o saldo de uma das piores paralisações de uma polícia militar no Brasil, em 2012, destacando-se:

A greve dos policiais militares da Bahia, encerrada em assembleia realizada na noite de ontem, deixou um saldo de 177 assassinatos na região metropolitana de Salvador durante o período que durou a paralisação: entre a manhã de 1º de fevereiro até a noite de 11 de fevereiro.

Durante a paralisação, estabelecimentos comerciais também registraram saques e arrastões. Para se proteger, alguns comerciantes da capital formaram uma rede de informações: em caso de ocorrência de assalto em algum bairro, os donos de lojas ligavam para amigos nos bairros vizinhos e todos baixavam as portas.

Também foram canceladas aulas na rede pública e privada, assim como shows e espetáculos culturais. Os Estados Unidos chegaram a recomendar aos norte-americanos que adiassem viagens “não essenciais” ao estado. (GREVE..., 2016).

Em fevereiro de 2017, uma paralisação da polícia militar do estado do Espírito Santo, acompanhada mundialmente devido a rápida expansão das imagens e informações através dos canais de comunicação, mostrou a ferocidade dos delinquentes, perpetrando toda ordem de crimes e gerando pânico na população. O site Bahia em Notícias, na matéria intitulada “Governo, associações e sindicato têm acordo e greve termina no Espírito Santo”, assim narrou o saldo de crimes após o acordo firmado entre o governador daquele estado e as associações de classes:

Representantes dos policiais militares e do Governo do Estado chegaram a um acordo, na noite desta sexta-feira (10). A PM volta às ruas do Espírito

Santo às 7h da manhã deste sábado (11). A paralisação completou sete dias nesta sexta-feira (10).

O Espírito Santo ficou sem policiamento porque protestos de familiares impediram a saída de policiais militares dos Batalhões e Quartéis do Estado. A onda de violência causada pela falta de polícia nas ruas durou sete dias e registrou 126 homicídios, segundo o Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo (Sindipol).

Roubos e prejuízos

A Federação do Comércio atualizou os números do prejuízo com a crise. E, até esta sexta-feira, o prejuízo com o comércio fechado desde segunda-feira (6), chega a R\$ 300 milhões. Mais de 300 lojas foram saqueadas no estado, sendo 200 só na Grande Vitória.

Desde a saída dos PMs das ruas, a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Vitória contabiliza mais de 170 veículos roubados. Só na segunda-feira (6), foram abertas mais de 200 ocorrências naquela delegacia. (GOVERNO..., 2017).

Ocorrendo a desmilitarização, eventos como estes poderiam ser usuais, pois a motivação de ambos decorreu de reivindicações quanto a baixa remuneração. Uma nova polícia, desmilitarizada, ou mesmo a fusão entre as polícias civis e militares, não custaria menos aos cofres públicos, mantendo-se também a atual remuneração dos profissionais, e caso houvesse uma reivindicação salarial, poderia haver uma greve geral, pois cada estado teria um ou mais sindicatos de policiais, o que por consequência geraria uma confederação sindical em âmbito nacional. Hoje, as polícias militares não têm o direito de formar sindicatos e de fazer greve, o que contribui sobremaneira para o controle da corporação.

Conforme foi estabelecido no primeiro capítulo desta pesquisa, não é somente no Brasil que há polícias militares, mas dezenas de nações contam com esta estrutura policial, e não há questionamentos quanto a sua compatibilidade com a democracia. Tanto é assim que este modelo de polícia vem sendo criado por outras nações. Exemplo disso ocorreu na Jordânia, que em 2008 criou sua *gendarmeria*, através da lei nº 34, do rei Abdullah II, formando a *Direcção-Geral de Gendarmerie*, chamada de lei das Forças de Gendarmeria (Darak) vinculadas ao Ministério da Administração Interna. As forças de gendarmeria jordanianas são implantadas em todo o país e podem exercer suas responsabilidades de acordo com as respectivas leis, incluindo a segurança sobre os cidadãos. Duarte (2013) explica:

O principal objetivo foi a criação de uma força independente e especializada para lidar com condições excepcionais de segurança através de uma estratégia preventiva e interventiva, de acordo com os métodos de segurança civilizados, a fim de manter a segurança e a ordem em consistência com as leis em vigor e respeitando os direitos humanos, a fim

de melhorar o sentimento de conforto e tranquilidade para todos os indivíduos da sociedade. (DUARTE, 2013, p. 7).

Uma polícia organizada com fundamento na estética militar não adota necessariamente métodos bélicos para o controle do crime, pois se fosse assim Portugal, Argentina, Itália, Espanha, França, Holanda e dezenas de nações não adotariam este modelo de polícia. Dessa forma, não parece ser adequado afirmar que alguns policiais militares fazem uso inadequado da força somente, ou principalmente, pelo fato de serem militares.

REPERCUSSÕES MIDIÁTICAS SOBRE O TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR

O ser humano sempre desenvolveu formas para se comunicar, utilizando sinais, desenhos, cartas etc., e a sociedade contemporânea vem sendo marcada pela evolução dos meios de comunicação, que a cada dia ocupam mais espaço na vida das pessoas, tornando possíveis as transferências de informações em diferentes locais no tempo e no espaço. Várias invenções foram facilitando a comunicação, destacando-se a mídia impressa, rádio, televisão e atualmente a internet, permitindo que ocorra comunicação em tempo real, por meio de som e imagem de qualquer lugar do planeta.

Mídia é uma expressão que designa os principais veículos de um determinado sistema de comunicação social, como jornais, revistas, emissoras de rádio, televisão e a internet. Beltrão (1992, p. 60) conceitua jornalismo como sendo a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum, como por exemplo a imprensa, rádio e televisão. Altermann (2010) diz que rede social *online* é um grupo de pessoas que tem algum nível de relação ou interesse mútuo, enquanto mídias sociais seriam ferramentas *online* que são usadas para divulgar conteúdo ao mesmo tempo em que permitem alguma relação com outras pessoas, não havendo como uma rede social *online* não ser uma mídia social, pois trata-se de uma categoria dentro da outra.

Em linhas gerais, a mídia pode ser considerada positiva, quando permite que a sociedade tenha a sua disposição uma informação valiosa e útil para tomar suas próprias decisões, ou negativa, quando exerce um poder que nem sempre é digno, como por exemplo a manipulação informativa. Essa manipulação atinge todas as relações, inclusive quanto a divulgação e propagação da violência. Rolim (2006, p. 208) destaca o bom uso das mídias quando as polícias se valem das informações divulgadas como recursos em suas investigações. Quando se divulga um crime e se permite que determinados detalhes sejam conhecidos, procura-se também estimular eventuais testemunhas ou pessoas que disponham de informações relevantes a buscarem a polícia. Assim, a mídia pode também contribuir para o trabalho da polícia, com a divulgação de informações até então desconhecidas da própria polícia, que tem a necessidade de se cercar de todo o conhecimento para realizar o seu trabalho. Um mau uso da mídia ocorre por exemplo com a chamada “imprensa marrom”, que são veículos de comunicação considerados sensacionalistas, os quais buscam aumentar suas audiências através da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos, custe o que custar.

A força da mídia fica muito nítida quando passa a inculcar nas pessoas uma ideia ou mesmo um ponto de vista já formado sobre determinado assunto. A violência, e por consequência a violência policial, são assuntos muito explorados pela mídia, em especial pela “imprensa marrom”, devido ao cenário de intensa atividade criminosa vivida no Brasil, pois diuturnamente há crimes violentos sendo perpetrados, fornecendo vasto material para os meios de comunicação. Rolim (2006) observa:

O primeiro problema a ser destacado quanto à maneira pela qual a mídia retrata o crime, notadamente o crime violento, diz respeito à tendência de divulgar eventos dramáticos a partir de um “tensionamento” de sua singularidade com as dimensões do particular e do universal. Dito de outra forma: o que é apresentado como “fato” – um assassinato, por exemplo – parece desejar “emancipar-se” de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. Quando essa forma de noticiar o crime se torna a regra – o que, infelizmente, é o caso -, passa a ser improvável que os fenômenos contemporâneos da violência sejam percebidos pelo público em sua complexidade. (ROLIM, 2006, p.190).

Na busca pela audiência, algumas mídias procuram o extremo, visto que quanto mais chocantes as imagens, mais telespectadores serão atraídos.

Explorando o tema, Hall (1981, p. 356) afirma que uma das áreas onde a mídia tem mais probabilidade de ser mais bem sucedida na mobilização da opinião pública é quanto ao crime e a sua ameaça à sociedade. Isto torna a via do crime unidimensional e transparente no que diz respeito aos meios midiáticos. É comum a mídia utilizar-se de expressões como “guerra civil” ou “guerra contra o crime”, referindo-se a criminalidade exacerbada e ao número de homicídios no país. Quanto a isso, Bittner (2003, p. 140) menciona que a mudança retórica de “controle do crime” para “guerra contra o crime” significa a transição de uma preocupação de rotina para um estado de emergência.

Se a violência urbana chama a atenção, quando o assunto envolve abusos policiais há um grande salto na audiência, pois quem deveria defender a população passa a figurar como uma fonte de agressões. A pesquisadora Njaine (2009) aduz que quando o enfoque na atuação da polícia ocupa um espaço considerável dos jornais, especialmente quanto às ocorrências violentas, há de modo geral uma ênfase no aumento da criminalidade e a tendência em destacar a incapacidade do Estado para prestar segurança pública. Dias e Almeida (2015) apontam alguns programas que ganharam fama na televisão brasileira, por focarem na exibição de ocorrências violentas e na atuação da polícia, especialmente da polícia militar:

As reportagens sensacionalistas abrangem temas polêmicos e são elaboradas de forma parcial, para que exista o vilão e o mocinho da história. Durante a década de 1990, junto do crescimento da violência nas grandes cidades brasileiras, a programação da TV no fim da tarde começou a ser tomada pelos programas de jornalismo sensacionalista. Inspirados no “Aqui Agora” surgiram “Cidade Alerta”, da Record, “Brasil Urgente”, da Band, “190 Urgente” e “Programa Cadeia”, da antiga Central Nacional de Televisão (CNT) e o “Repórter Cidadão”, da RedeTV!. (DIAS E ALMEIDA, 2015).

O principal componente desses programas é o apresentador, que adiciona um tom indignado a reportagens geralmente de tragédias ou ações da polícia. É muito comum também encontrar as “unidades móveis” dos programas, que percorrem a cidade seguindo a polícia, utilizando-se de veículos, helicópteros e até mesmo drones, e em geral servem para mostrar engarrafamentos ou perseguições policiais. Outra atitude comum dos apresentadores é cobrar a polícia por mais ação diante do comportamento dos criminosos. Estes programas sensacionalistas possuem altos índices de audiência, não só pela forma com que abordam as ocorrências policiais, mas também pela cultura que permeia o País, pois o consumo

deste tipo de notícia é o reflexo dos anseios de boa parte da população. Bernardo (2015) traz um esboço desta realidade:

Em agosto de 2015, 19 pessoas foram mortas em chacinas na grande São Paulo. Policiais militares são os principais suspeitos. Em junho, um programa de TV registrou o momento em que um policial atira em dois suspeitos já rendidos, sob a torcida do apresentador: “Atira! Atira logo! É bandido!”. Em setembro, um vídeo mostrou o momento em que policiais do Rio de Janeiro colocam uma arma nas mãos de Eduardo Felipe Santos Victor, 17 anos, já morto, adulterando a cena do crime para tentar simular um tiroteio. No final de novembro, também no Rio, cinco jovens foram fuzilados quando voltavam de um passeio num parque. Os policiais deram 111 tiros no carro em que estavam os rapazes. Casos como esses ganham a mídia, mas não representam a totalidade dos homicídios cometidos pela polícia. (BERNARDO, 2015).

Afirma Costa (2011, p. 252) que a naturalização do emprego da força e o uso da violência contra civis é uma prática rotineira da polícia, sendo que em alguns casos, quando o crime adquire determinada repercussão, o uso abusivo da força chega ser estimulada pela população, meios de comunicação e pelas próprias autoridades públicas. O clamor do público por segurança acaba impulsionando alguns policiais militares a exacerbarem de suas funções, pois boa parte da população brasileira simpatiza (e alguns até apoiam e incentivam) ações nas quais os policiais militares ajam como “justiceiros”, cometendo excessos em ações abusivas. Cruz, Carneiro e Briceño-León (1999), comentando sobre as ações extrajudiciais, mencionam:

Teoricamente, quando descumpre a lei, a polícia deveria receber uma manifestação de repúdio da comunidade. Entretanto, muitas vezes, observa-se o apoio da comunidade a ações extrajudiciais por ela praticadas. Trata-se de uma circunstância especial, pois na verdade está-se violentando o estado de direito. O problema é que, com frequência, os policiais, ou as pessoas investidas de autoridade na área de segurança pública, percebem, ou interpretam, as exigências da população para que sejam mais drásticos com a delinquência, como uma espécie de autorização que valida a extrapolação de suas funções em oposição aos preceitos humanistas. Nestes casos, criam-se as condições para que surjam as ações extrajudiciais nas quais a polícia começa a atender à comunidade, e não à lei. (CRUZ, CARNEIRO e BRICEÑO-LEÓN, 1999, p. 120).

A superexposição de cenas explícitas de agressões policiais gera repercussão midiática das mais diversas formas, desde publicações em redes sociais até matérias jornalísticas divulgadas em rede nacional de televisão. Na difusão de notícias envolvendo agressões perpetradas pela polícia militar é

necessário separar o trabalho desenvolvido por profissionais de imprensa e a exposição gerada pelas mídias sociais, pois enquanto aqueles possuem formação especializada na área, estes não têm compromisso com as consequências de sua abordagem.

A imagem de uma polícia forte pode transparecer uma maior sensação de segurança, todavia as consequências desta postura arriscam gerar atitudes truculentas e abusivas. Exemplo da influência do clamor público foi a pressão que a sociedade paulista exercia sobre o governo do estado de São Paulo, derivado das constantes rebeliões na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida com o “Carandiru”, que gerava intenso clima de insegurança na cidade. Danilo Cezar Cabra (2016) assim resumiu os fatos:

Foi uma resposta policial a uma rebelião, que vitimou 111 presos da Casa de Detenção do Carandiru, na capital paulista, em outubro de 1992. O episódio repercutiu até fora do Brasil devido à quantidade de mortos e também à forma como os presos foram abordados pela polícia. 120 policiais militares foram indiciados.

Em 2001, o comandante da operação, coronel Ubiratan Guimarães, foi condenado a 632 anos de prisão por 102 das 111 mortes. Ele recorreu da sentença e o Órgão Especial do TJ o absolveu do crime em 2006, mesmo ano em que Ubiratan morreu. Nesse meio tempo em que corria o trâmite do recurso, foi eleito deputado estadual por São Paulo em 2002 e fez parte da bancada da bala.

Outros 74 PMs envolvidos no massacre foram condenados em diversos julgamentos feitos entre 2013 e 2014. As penas variavam entre 48 e 624 anos de prisão, mas ninguém foi preso, já que todos recorreram da decisão. Em setembro de 2016, o Tribunal de Justiça de SP anulou os julgamentos de todos os 74 policiais e a Promotoria anunciou que entraria com recurso para manter as condenações. (CABRA, 2016).

Com o advento da tecnologia, especialmente a possibilidade de filmagens efetuadas por aparelhos de telefone celular, grande parte das intervenções realizadas pela polícia militar são captadas e rapidamente difundidas, chegando nas mãos da imprensa, que em alguns casos está mais preocupada com a velocidade do que com a veracidade da informação. No dia 30 de março de 2017, a repórter Fantti (2017) assim narrou mais um caso de abuso, com grande repercussão nacional:

Um vídeo mostra policiais do 41º BPM (Irajá) atirando em dois jovens já caídos no chão, em frente à escola Daniel Piza, em Acari, na Zona Norte do Rio, após confronto entre os PMs e suspeitos de tráfico no Complexo da Pedreira, na tarde desta quinta-feira.

O flagrante da execução aconteceu perto do local onde a adolescente Maria Eduarda Alves Conceição, 13 anos, foi atingida e morta por uma bala perdida quando participava de uma aula de Educação Física.

Nas imagens, é possível visualizar dois PMs portando fuzis perto dos corpos caídos. Um deles atira em um dos homens. Segundos depois, outro policial dispara em outro rapaz caído. Procurada pelo DIA, a Polícia Militar informou em nota, que o Comandante Geral da corporação, coronel Wolney Dias, determinou que a Corregedoria Interna assuma a apuração da "flagrante ilegalidade e assim responsabilize os envolvidos". (FANTTI, 2017).

Ao não apenas noticiar, mas aumentar a dimensão dos fatos e generalizar que “a polícia militar” age desta ou daquela forma, causa impacto e aumenta a sensação de insegurança, e não raro gera o que se pode chamar de “linchamento eletrônico” desta instituição, bastando observar os comentários nas mídias sociais que surgem após as publicações destas notícias na internet.

Em regra, a polícia militar é a responsável pelo enfrentamento direto com a criminalidade em ocorrências emergenciais, e não raras vezes a população instiga os policiais militares a agirem com severidade acima dos limites legais. Esse “trabalho sujo”, isto é, ser cruel com os cruéis, é posto por alguns como uma obrigação profissional, devendo atender a ocorrência, julgar e executar a pena, pois para boa parte da população, bandido bom é bandido morto.

Talvez o grande paradoxo enfrentado pela polícia militar seja justamente este, pois por um lado boa parte da sociedade brasileira clama por segurança, desejando que a polícia aumente o uso da força em suas intervenções, e por outro lado exige dos policiais um comportamento mais humanizado e menos truculento, voltado para a proteção dos direitos humanos de toda a coletividade. Apesar de ser alvo permanente de críticas externas, generalizar ações isoladas de policiais militares contribui para uma falsa percepção da realidade e o aumento da sensação de insegurança, pois quem existe para servir e proteger pode ser visto como uma ameaça.

É certo que há situações de agressões injustas cometidas por policiais que devem ser noticiadas, pois a sociedade precisa ter um serviço de qualidade, e toda atitude abusiva deve ser investigada. Porém, a forma de divulgar deve ser feita com bom senso, buscando não gerar pânico na população. Dessa forma, pode-se afirmar que a mídia influencia na visão que a população tem da polícia militar, fomentando por vezes visões distorcidas de sua atuação ou focando suas diretrizes editoriais nos erros cometidos, apresentando de forma errônea ou até mesmo proposital certas atitudes de policiais, visando aumentar audiência.

SÍNTESE

No presente capítulo foi verificado o contexto das discussões quanto a desmilitarização das polícias militares, focado na diminuição da violência policial, sua estrutura de atuação e vinculação ao Exército. Quando o Estado deixa de priorizar os direitos sociais, utiliza as forças de segurança como forma de contenção da criminalidade, acabando por incentivar confrontos, que em razão da hipercriminalidade brasileira, torna os policiais e a população potenciais vítimas.

A superexposição de cenas explícitas de agressões policiais gera repercussão midiática das mais diversas formas, e hoje a polícia militar enfrenta o paradoxo de atender o clamor social, sendo que algumas pessoas incentivam que o policial constate, julgue e execute a pena do criminoso, ao mesmo tempo em que outra parte da comunidade exige dos policiais um comportamento mais humanizado e menos truculento. Restou averiguado que a violência produzida pela polícia militar não é causada devido a sua estrutura militar, pois há outros fatores que influenciam no uso excessivo da força, como o quadro de desigualdade social pelo qual passa o país.

IV - ESTRATÉGIAS PARA DIMINUIR O ABUSO NO USO DE MEIOS COERCIVOS

Paralelo a proposta da desmilitarização, há outras medidas sugeridas por inúmeros pesquisadores, órgãos governamentais, entidades internacionais e pelas próprias polícias militares, no intuito de diminuir atos abusivos praticados por alguns de seus membros. Está longe de haver consenso, mas a ausência de políticas públicas é um dos fatores que auxiliam na criação de um clima propício a eclosão de comportamentos desviantes, que elevam as ações repressivas e por consequência aumentam o número de enfrentamentos, colaborando para que ocorram ações extraleais.

Há uma série de apontamentos buscando minorar os problemas dos abusos no uso da força. Cabe mencionar que não há como solucionar o problema por completo, pois como visto no capítulo anterior, há várias formas de violência, que é inerente a condição humana. Atuação voltada ao policiamento comunitário, valorização do enfoque preventivo, investimentos em contratação de efetivo, melhorias no sistema de formação, constante reciclagem e treinamento, apoio psicológico, maior controle interno e externo de suas atividades, melhorias na remuneração são fatores que merecem destaque nas políticas públicas governamentais. O Relatório do Rio de Janeiro sobre Execuções Sumárias (2003), visando reverter o quadro de alta frequência de execuções sumárias por parte de agentes estatais, aponta as seguintes recomendações:

- 1) atacar a pseudolegitimidade outorgada às execuções contra criminosos, frisando sua ilegalidade e os princípios universais que estão por trás das leis e dos direitos humanos. Nesse sentido, é necessário criar campanhas públicas que desenvolvam uma pedagogia social do universalismo para se opor à barbárie seletiva contra alvos socialmente tolerados;
- 2) configurar uma Corregedoria forte e independente da chefia da Polícia que consiga investigar os crimes cometidos por policiais de forma eficiente;
- 3) fortalecer as Ouvidorias de Polícia para melhorar o controle externo da atividade policial;
- 4) reforçar os programas de proteção a testemunhas para que elas não tenham medo de depor em processos contra policiais;
- 5) estabelecer programas de apoio psicológico aos policiais, particularmente nas áreas de manejo do estresse e da dependência química;
- 6) acabar com a dupla jornada por meio de uma melhora salarial que evite que o policial trabalhe sem descansar, aumentando assim o grau de estresse e, com ele, a probabilidade de uso de armas de fogo;

- 7) melhorar o treinamento de tiro do policial, trabalhando não apenas o tiro estático, mas a decisão de usar ou não a arma em contextos duvidosos e o tiro defensivo que minimize o dano causado;
- 8) limitar o tipo de armamento que a Polícia usa àquele que seja compatível com um contexto urbano e que reduza os danos colaterais, por exemplo, impedindo usar calibres e projéteis que atravessem várias paredes;
- 9) treinar os policiais em mediação de conflitos;
- 10) estipular, nos regulamentos policiais, que o agente, que sofra atentado ou seja testemunha de um atentado contra um colega, não continue participando na ação para diminuir a possibilidade de ações impulsivas ou vingativas que colocariam em risco a sua vida e a de terceiros.
- 11) incorporar armas não letais (spray, cachorro, arma de baixo impacto etc.) ao arsenal dos policiais;
- 12) desenvolver programas e ambientes que melhorem a relação da Polícia com a sociedade, sobretudo com as comunidades carentes, para que não sejam percebidas como inimigas;
- 13) responsabilizar as autoridades que fazem apologia da violência policial;
- 14) facilitar o acesso de vítimas da violência policial à Justiça;
- 15) arbitrar mecanismos para acelerar a compensação por parte do estado aos familiares de vítimas da violência policial;
- 16) desenvolver programas específicos para diminuir a violência policial, caso do PROAR em São Paulo;
- 17) estabelecer metas de redução da violência policial para cada estado, como um dos requisitos para que o Governo Federal financie programas de segurança pública nos estados. (RELATÓRIO DO RIO DE JANEIRO SOBRE EXECUÇÕES SUMÁRIAS, 2003, p. 10).

Como visto, há várias propostas para a diminuição dos excessos no uso de meios coercivos, algumas partindo do modelo existente, outras rompendo com estas estruturas seculares. Procurando ampliar o debate acadêmico, na sequência serão abordadas algumas das recomendações supra, buscando propor soluções para a diminuição das ações agressivas de policiais militares, alternativamente a atitude extrema da desmilitarização.

Recrutamento, seleção e formação dos policiais militares

O princípio constitucional do concurso público está presente nas cartas magnas do Brasil³ e de Portugal⁴, visando estabelecer impessoalidade,

³ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

⁴ Artigo 47.º Liberdade de escolha de profissão e acesso à função pública.

transparência, moralidade etc., para nivelar o recrutamento e seleção de servidores públicos. Dissertando sobre o princípio constitucional do concurso público, Carvalho Filho (2001) estabelece:

Concurso Público é o procedimento administrativo que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas.

Na aferição pessoal, o Estado verifica a capacidade intelectual, física e psíquica de interessados em ocupar funções públicas e no aspecto seletivo são escolhidos aqueles que ultrapassam as barreiras opostas no procedimento, obedecidas sempre à ordem de classificação. Cuida-se, na verdade, do mais idôneo meio de recrutamento de servidores públicos. (CARVALHO FILHO, 2001, p. 472).

No intuito de atender a este princípio, existem as figuras do recrutamento e da seleção. Através do recrutamento busca-se atrair o maior número de candidatos interessados pela vaga, e tem como marco inicial a publicação de edital, que contém todas as regras do concurso. Algumas polícias militares exigem como requisito mínimo para o ingresso como soldado, que é o primeiro cargo do nível de execução, o ensino médio. Para oficiais, que é a carreira de gestão das corporações, algumas exigem graduação em Direito.

Já a seleção acontece através da aplicação de provas, para que ao final restem os candidatos que conseguirem a aprovação em todas as fases do certame. Seguindo a orientação constitucional, o ingresso nas fileiras da polícia militar ocorre por meio de processo seletivo composto de múltiplas fases, como provas escritas, exames médicos, testes físicos, psicológicos e outros. Vencidas todas as etapas o candidato é considerado aprovado, mostrando-se apto para adentrar nas fileiras policiais.

Mencionando que a profissão policial é uma atividade complexa e difícil, exigindo grande habilidade e capacidade de julgamento, afirma Detoni (2014, p. 57) que “essas peculiaridades não são levadas em consideração, tanto no recrutamento quanto na formação oferecida”. Corroborando com este pensamento, veja-se a posição de Bittner (2003):

-
1. Todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o gênero de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse colectivo ou inerentes à sua própria capacidade.
 2. Todos os cidadãos têm o direito de acesso à função pública, em condições de igualdade e liberdade, em regra por via de concurso.

Tendo em vista o modo displicente como os policiais são recrutados, treinados e supervisionados, não surpreende que policiais altamente habilitados constituam uma minoria. Isso acontece porque, de modo injusto, o trabalho policial é considerado como uma ocupação de baixo gabarito, e aqueles considerados adequados para exercê-la são, portanto, julgados exatamente por se adequarem às tarefas mais simples do policiamento mais do que às suas tarefas mais difíceis. (BITTNER, 2003, p. 38).

Após a aprovação final e a tomada posse no cargo, é necessário que o candidato passe por um processo de formação, a fim de que tenha condições de desempenhar suas atividades profissionais. A preparação dos candidatos ocorre através da educação policial, nos chamados cursos de formação da polícia militar. Discorrendo sobre a formação policial Azevedo (2016, p. 13) aduz:

A educação policial, importante instrumento para criar e estabelecer um padrão de excelência para o trabalho da polícia, não conseguiu, até o momento, se firmar como prioridade em relação à segurança pública. Na realidade cotidiana de uma parte considerável das polícias brasileiras e da população atendida pela instituição, a qualificação do trabalho policial permanece como retórica. A preparação dos policiais deve ser reestruturada e avançar para além dos cursos de formação. Ainda que a formação policial tenha sido reconsiderada do ponto de vista formal, ela precisa ser reconsiderada também do ponto de vista prático. Isso implica em mudar os fundamentos políticos, sociais e morais que perpassam as instituições policiais, para além dos cursos de formação. (AZEVEDO, 2016, p. 13).

Os cursos de formação tentam inserir uma série de conhecimentos que até então eram desconhecidos da maioria dos alunos, dentre os quais treinamento militar, exercícios físicos, contato com a legislação vigente, técnicas policiais, uso da arma de fogo etc. O curso da polícia militar é diferenciado com relação às outras polícias, devido às peculiaridades de sua concepção, ou seja, ser policial e também militar.

Mencionando que uma polícia mal formada ou despreparada para atender a população tende a ser desrespeitosa e agressiva, Costa (2011, p. 256) estabelece que o despreparo para lidar e resolver os conflitos por carência de treinamento potencializa o emprego da força. Também contestando a formação ministrada pelas polícias militares, que seria direcionada para a guerra e não para a segurança pública, comenta Amaral (2003, p. 61):

A formação do militar, que é essencialmente profissional da guerra, não deve ser confundida com a do policial, mesmo porque o mais cruel dos bandidos não é o inimigo mortal a ser eliminado (senão a ser preso) como é fato normal e decisivo nas guerras. A essência da guerra é a eliminação do

inimigo, a essência da missão policial é preservar a ordem pública e prender o criminoso, nada mais que isso... Essa confusão na formação e na rotina operacional do policial explicam muitas de nossas crises no sistema de segurança pública brasileiro. (AMARAL, 2003, p. 61).

O candidato que entra nas fileiras das corporações militares traz consigo valores e crenças angariadas em sua vida, porém passará por um processo de socialização da cultura castrense, que conduzirá seus passos na nova carreira profissional. Esse processo pode ser natural, sem grandes mudanças, ou ocorrer de forma abrupta, visando condicionar o aluno aos objetivos institucionais. Há uma série de teorias e estudos apontando espécies de lavagem cerebral aplicadas em nosso cotidiano, em todos os aspectos de nossas vidas, e os cursos de formação das polícias militares estão incluídos neste contexto. Com o passar do tempo, o corpo se tornou alvo de manipulação, pois se percebeu que ele podia ser moldado, transformado, treinado, sendo alvo de controle e direcionamentos.

Os centros de formação das polícias militares são locais onde a lavagem cerebral é possível de ser aplicada, por suas características de segregação da sociedade, dedicação integral, submissão a controle e vigilância, fazendo parte das chamadas instituições totais, mencionando Goffman (2001, p. 21) que em algumas instituições há uma espécie de escravidão, e o tempo integral do internado é colocado à disposição da equipe dirigente, sendo que neste caso o sentido de eu e de posse do internado pode tornar-se alienado em sua capacidade de trabalho.

A integração do aluno na polícia militar pode ocorrer através da mortificação do eu, onde seus valores, crenças e cultura são colocados em segundo plano, sendo tratado como coisa, tendo Foucault (2001, p. 118-119) estabelecido que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, traduzindo-se em uma verdadeira violência psicológica. Abordando essa violência que ocorre nos cursos de formação das polícias militares, Sonia da Costa Passos (2012) estabelece:

Constata-se, ainda, como uma microviolência na formação policial, o controle que a organização exerce sobre as atitudes do profissional, ultrapassando o âmbito do trabalho, atingindo as esferas social e familiar. Desse modo, o policial militar parece duplamente controlado: de um lado, pela maneira como se comporta em seu contexto de trabalho e, por outro, pelo modo como se comporta fora dele. Sendo assim, o policial militar parece submetido ao controle da organização do trabalho vinte e quatro horas por dia. Para completar, a relação dos policiais com a população também evidencia um misto de vigilância e agressão, tornando-se uma

fonte adicional de controle e outro aspecto da microviolência. (PASSOS, 2012, p. 10).

Essa formação diferenciada, por vezes contestada, faz parte de uma organização híbrida, uma parte policial e a outra militar, o que torna complexa a tarefa de preparar estes profissionais. Em extensa reportagem publicada na revista Exame, Barros (2015) destaca que o assédio moral é a regra na formação dos policiais militares nos cursos de formação, pois a preocupação principal é imprimir a cultura militar no candidato, restando pouco aprendizado teórico em disciplinas jurídicas e direitos humanos, além de estarem sujeitos a regulamentos disciplinares rígidos, destacando:

“Bora, bora, você é um bicho. Você é um jumento, seu gordo!”. O ex-soldado Darlan Menezes Abrantes imita a fala dos oficiais que o instruíam na academia quando ingressou na Polícia Militar do Ceará, em fevereiro de 2001. “Às vezes, era hora do almoço e os superiores ficavam no meu ouvido gritando que eu era um monstro, um parasita.

É o que constatou a pesquisa “Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública” publicada em 2014 pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas (CPJA), da Escola de Direito da FGV de São Paulo, e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Foram ouvidos mais de 21 mil profissionais de segurança pública (entre policiais civis, militares, rodoviários federais, agentes da polícia científica, peritos criminais e bombeiros) de todas as unidades da federação, mais da metade deles policiais militares, sobretudo praças (policiais de patentes mais baixas).

Destes, 82,7% afirmaram ter formação máxima de um ano antes de exercer a função, 38,8% afirmaram que já foram vítima de tortura física ou psicológica no treinamento ou fora dele e 64,4% disseram ter sido humilhados ou desrespeitados por superiores hierárquicos. 98,2% de todos os profissionais (incluindo profissionais de outras áreas) que responderam a pesquisa afirmaram que a formação e o treinamento deficientes são fatores muito importantes para entender a dificuldade do trabalho policial. (BARROS, 2015).

Apesar dos argumentos apresentados pelos pesquisadores supra, é necessário analisar a origem dos candidatos. Como a pessoa foi trazida do berço da sociedade, com toda sua bagagem existencial, por mais que o treinamento tenha sido profissional, regado e exaustivo, pode não ser suficiente para adequar o novel policial militar às normas da corporação. Ademais, nessa tentativa de adequação da pessoa com a instituição, há que se pensar se o termo correto não seria “deformar” o candidato, pois várias características de sua personalidade devem ser trabalhadas a fim de que se enquadrem no padrão de funcionalidade da instituição.

Todavia, o quadro existente é de inúmeras críticas com relação a estes cursos. Wilson Odirley Valla (2017), afirma que uma força policial, embora organizada aos moldes de uma força militar, não se equivale a esta, pois enquanto os profissionais de uma força militar estão voltados para a guerra, isto é, para a defesa da Pátria, os profissionais de uma força policial devem estar preparados para prevenir e reprimir não o homem, mas o crime por ele praticado, com o máximo de respeito aos direitos humanos, destacando:

Outra questão que frequentemente vem à tona é o fato de a CF considerar as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares como forças auxiliares e reserva do Exército.

Consideram os críticos que tal dispositivo constitucional representa, através da Polícia Ostensiva, a adoção de atitudes militares no policiamento. Tal afirmativa não passa de ledor engano.

Conforme já foi enfatizado, os conteúdos programáticos dos cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento relativos às técnicas, táticas e as estratégias da Polícia Ostensiva e da Polícia de Preservação da Ordem Pública são completamente diferentes daqueles previstos para uma força militar. (VALLA, 2017).

Abordando a estética militar que permeia as atividades das academias das polícias militares, Santos (2006) afirma:

Nas academias de polícia militar permanece toda uma estética militar. Há muitas horas-aula para atividades complementares, como fazer a cama, tomar banho em cinco minutos, pentear o cabelo em meio segundo, fazer paradas, fazer demonstrações. Na geração que conheci, os oficiais ainda tinham aqueles cursos de formação anti-guerrilha.

Paradoxalmente, a literatura mundial diz que 70% das atividades de polícia ostensiva não são criminais, mas, em primeira instância, são conflituosas. Porém, há pouquíssimas horas dedicadas à mediação de conflitos, à psicologia das violências, e às relações interpessoais. (SANTOS, 2006, p. 300).

Talvez um dos pontos nevrálgicos da formação de policial militar esteja na necessidade de fortalecimento da proximidade entre a profissão e as questões atinentes aos direitos humanos. Em 2014 houve uma reformulação da Matriz Curricular Nacional (Brasil, 2014, p. 48), criada para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a qual estabeleceu áreas temáticas que devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação destes profissionais e sua capacitação para o exercício da função. Foram elencadas oito áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de áreas de conhecimentos a fim de serem tratados nos currículos dos cursos de formação e capacitação do profissional da área de segurança pública.

Uma dessas áreas temáticas visa propiciar reflexões críticas quanto aos direitos humanos e sua implementação, com vista à atuação do profissional de segurança pública. Estabelece a necessidade de ser transmitido o conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente a estas atividades. Nessa toada, Detoni (2014) explica que a atividade policial visa enfrentar os problemas humanos, e nem todas exigem que a solução seja através do uso da força, destacando-se:

[...] a formação policial necessita ser repensada, trazendo para os cursos de formação não apenas a introdução de uma cátedra de Direitos Humanos, mas buscar a interdisciplinaridade das matérias humanísticas junto as disciplinas de caráter técnico, como abordagem policial, uso da arma de fogo, policiamento ostensivo etc., havendo um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, na tentativa de uma compreender a outra. (DETONI, 2014, p. 72).

Outro aspecto que deve ser observado na formação é que a maioria das ocorrências atendidas pelos policiais militares são resolvidas através do diálogo, atuando como mediadores. Todavia, embora em menor grau, o uso da força faz parte do dia a dia da atividade policial, e segundo Brilhante (2016, p. 122), mencionando a Associação Internacional dos Oficiais de Polícia, uso da força é o esforço necessário, aplicado pela polícia, para obter a cooperação de um sujeito, havendo divergência entre os pesquisadores quanto ao melhor termo a ser usado, se uso progressivo ou uso diferenciado da força. Bittner (2003) afirma:

O policial, e apenas o policial, está equipado, autorizado e é necessário para lidar com toda emergência em que possa ter que ser usada a força para enfrentá-la. Além disso, a autorização para o uso da força é conferida ao policial com a única restrição de que ela só será utilizada em quantidades adequadas, que não excedam o mínimo necessário, como for determinado por uma apreciação intuitiva da situação. (BITTNER, 2003, p. 240).

O policial deve tomar decisões sobre a melhor maneira de resolver uma situação de crise, realizando a seleção adequada de opções de uso da força para o atendimento de cada ocorrência. Há vasta legislação internacional regulando o uso da força, como por exemplo, o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis Pela Aplicação da Lei (1979), estabelecendo em seu art. 3º que os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando

estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever. O Brasil internalizou algumas dessas normas, como por exemplo, a portaria interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, estabelecendo diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública em nível federal, não abarcando as polícias militares e as polícias civis, pois são estaduais, da qual se destaca:

2. O uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

3. Os agentes de segurança pública não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa própria ou de terceiro contra perigo iminente de morte ou lesão grave. (BRASIL, PORTARIA INTERMINISTERIAL n.º 4.226, 2012).

Nota-se que há alguns pontos que merecem destaque durante a formação dos policiais militares, e inclusive devem ser enfatizados durante toda sua carreira, partindo da premissa que sua principal tarefa é auxiliar a população em seus conflitos, realizando um adequado policiamento preventivo, dentro da filosofia do chamado policiamento de proximidade ou policiamento comunitário. Ainda, nortear suas ações na proteção incondicional dos direitos humanos, da urbanidade e no uso progressivo da força, dentro da legislação vigente.

No presente tópico não houve a pretensão de realizar uma ampla abordagem sobre a formação do policial militar, mas apenas citar alguns pontos considerados relevantes dentro da pesquisa realizada, que podem ser observados e tratados com maior ênfase durante o ensino nos cursos de formação, visando contribuir para que ocorra uma inserção qualificada dos candidatos em sua nova profissão.

Enfrentamento do estresse

Diante da violência cotidiana do nosso país, é natural que os policiais militares sofram um estresse maior no exercício de sua função, por estarem na linha de frente do combate ao crime. Agindo sob a influência do estresse, que é a forma física e emocional como o corpo reage à pressão, estes profissionais tendem a agir além dos padrões legais estabelecidos, gerando uma série de consequências, inclusive abuso do uso da força. A repórter Michaela (2009) aduz que a profissão

policial é uma das mais desgastantes, pois ele vivencia diariamente situações de conflito, violência e morte, que necessita gerenciar. Ela cita o psicólogo Lúcio Emanuel Novaes, do Centro de Psicologia de Controle do Estresse, o qual afirma que “o desgaste do profissional de segurança é tanto, que 15 anos de trabalho de um policial militar corresponderia a 30 anos de um profissional de outra área qualquer”. Na mesma matéria, destaca:

Policiais utilizam droga como forma de alívio do estresse

O uso de drogas lícitas ou ilícitas como forma de alívio do estresse foi constatado no estudo "O uso de substâncias psicoativas na Polícia Civil de Mato Grosso", de Maria Helena dos Santos, psicóloga da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso. Durante a pesquisa foram entrevistados 10 investigadores atendidos pela Área de Acompanhamento Psicossocial entre janeiro de 2006 e março de 2007, num universo de 45 indivíduos. Os participantes são todos homens com mais de 10 anos de profissão.

De acordo com a pesquisa, 70% dos profissionais entrevistados responderam que faziam uso de substâncias psicoativas para o alívio das tensões ou sofrimentos. Todos estavam no exercício da função e fazendo uso das drogas há mais de 10 anos, caracterizando uso crônico. O álcool e o tabaco eram as drogas mais consumidas, seguidas da cocaína e seus derivados, podendo ocorrer o uso de mais de um tipo de droga.

"Os policiais trabalham muito acima do ideal, o que produz o estresse. O policial precisa cuidar da sociedade, mas não é olhado com atenção e não é tratado. O nível de estresse é grande", ressalta a psicóloga. (MICHAELA, 2009).

A polícia militar é a responsável pelo primeiro enfrentamento da criminalidade, mas faz parte do sistema de segurança interna, que possui outros órgãos que devem atuar. Se alguma peça da estrutura falha, o criminoso volta para as ruas e novamente comete delitos, restando a polícia militar outra vez o prender e assim prossegue o círculo vicioso da impunidade. Esses fatores também causam o desequilíbrio emocional de certos policiais, que acabam por vezes utilizando-se da violência demasiada, por não verem uma solução por parte do Estado.

As situações limites enfrentadas pelo policial militar tornam-se fatores estressores, que colaboram para o desajuste de sua saúde mental, pois podem ser acionados de repente, com um simples aceno de mão, para prestar uma informação banal ou intervir em um confronto armado derivado de roubo a banco. Interessante as palavras da pesquisadora Fernanda Spanier Amador, que elaborou sua dissertação de mestrado após ter um convívio com uma fração da Brigada Militar, em Porto Alegre, mencionando (2002):

Outro aspecto de pressão, presente no trabalho cotidiano, diz respeito à relação dos policiais com a população. Evidencia-se um misto de vigilância e agressão da população para com os policiais, configurando, na esfera que ultrapassa os limites da Organização Policial Militar, uma fonte adicional de controle. Quanto à relação entre policiais e combatidos, a provocação destes últimos, visando irritar o policial e até serem agredidos por ele, de modo que a população presencie o fato e indigne-se com ele, parece representar pressão para o policial, posto que o coloca, também, em posição de ser controlado por seus combatidos. (AMADOR, 2002, p. 100).

Briso (2016) descreve a pesquisa “Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro”, coordenado pelos sociólogos Ignácio Cano e Beatriz Magaloni, na qual foram entrevistados 5.133 policiais militares daquela cidade. Narra que de todos os entrevistados, 21% participaram de ocorrência policial que resultou em óbito no ano anterior, 36% atiraram contra alguém em serviço ao menos uma vez no mesmo período e 13% feriram ao menos uma pessoa. Ao serem questionados se tinham efetuado disparo de arma de fogo contra algum suspeito na semana anterior à entrevista, 10% responderam que sim.

Os perigos inerentes a profissão, com o risco de restar ferido ou mesmo morto em decorrência de sua atividade laboral, o coloca constante estado de alerta, potencializando situações estressantes. Molina (1996, p. 18) aduz que qualquer situação de tensão aguda ou crônica que produz uma mudança no comportamento físico e no estado emocional das pessoas é uma resposta de adaptação psicofisiológica que pode ser negativa ou positiva no organismo. Tanto o agente estressor como seus efeitos sobre o indivíduo podem ser descritos como situações desagradáveis que provocam dor, sofrimento e desprazer.

Este cotidiano estressante na atividade do policial militar muitas vezes o conduz a atitude extrema do suicídio. O suicídio, ou autocídio, tecnicamente denominado “comportamento suicida fatal”, é o ato intencional de matar a si mesmo. Mais que uma questão filosófica ou religiosa, trata-se de um problema de saúde pública, sendo a suicidologia a área interdisciplinar que investiga o comportamento suicida.

Estima-se que as tentativas de suicídio superem o número de suicídios em pelo menos dez vezes. A Organização das Nações Unidas, através da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, reconheceu o suicídio e as tentativas de suicídio como uma prioridade na agenda global de saúde e incentivou os países a desenvolver e reforçar estratégias de prevenção, quebrando

estigmas e tabus existentes sobre o assunto. Em reportagem sobre o assunto, destaca-se do site G1 (2014):

Novo relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde, a OMS, chama a atenção de governos para o suicídio, considerado “um grande problema de saúde pública” que não é tratado e prevenido de maneira eficaz.

Segundo o estudo, 804 mil pessoas cometem suicídio todos os anos – taxa de 11,4 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. De acordo com a agência das Nações Unidas, 75% dos casos envolvem pessoas de países onde a renda é considerada baixa ou média.

O Brasil é o oitavo país em número de suicídios. Em 2012, foram registradas 11.821 mortes, sendo 9.198 homens e 2.623 mulheres (taxa de 6,0 para cada grupo de 100 mil habitantes). Entre 2000 e 2012, houve um aumento de 10,4% na quantidade de mortes – alta de 17,8% entre mulheres e 8,2% entre os homens. O país com mais mortes é a Índia (258 mil óbitos), seguido de China (120,7 mil), Estados Unidos (43 mil), Rússia (31 mil), Japão (29 mil), Coreia do Sul (17 mil) e Paquistão (13 mil). (BRASIL..., 2014).

Em uma obra de fôlego, Dayse Miranda (2016) organizou a pesquisa denominada “Por que policiais se matam?”, buscando diagnosticar e debater a prevenção do comportamento suicida na polícia militar do estado do Rio de Janeiro. No capítulo que abordou os fatores associados à tentativas de suicídio declaradas, foram testadas a correlação entre situações de risco vivenciadas no exercício das atividades policiais, as vitimizações sofridas nos últimos 12 meses e as tentativas de suicídio.

Partimos da hipótese de que quanto mais frequente a exposição às situações de risco de vitimização, maior a vulnerabilidade de policiais militares aos pensamentos e a tentativas de suicídio. Cem por cento dos policiais militares, que declararam atos suicidas, confessaram também ter vivenciado situações de risco no exercício de suas atividades profissionais. A mais comum, segundo os entrevistados, foram as situações de “confrontos físicos e armados” e “incursões em favelas”. Desse total, quinze policiais contaram ter participado de operações de risco em que seus colegas tenham sido alvejados. Dez deles presenciaram a perda de um colega e/ou amigo por arma de fogo de uma a três vezes em serviço. (DAYSE MIRANDA, 2016).

Explica a referida pesquisadora que uma das principais dificuldades para lidar com o problema do suicídio policial é o tabu ao redor da questão, pois policiais militares com problemas emocionais ou psiquiátricos sofrem preconceito, sendo o suicídio e tentativa de suicídio tratados como uma vergonha nas polícias. Admitir o suicídio também envolve uma questão econômica, pois quando um policial morre em combate, a família recebe uma pensão equivalente à aposentadoria completa.

Já famílias de policiais suicidas recebem a pensão relativa ao tempo durante qual o policial trabalhou.

A pesquisa obteve relatos de colegas que alteraram as cenas em que policiais suicidas foram encontrados mortos como forma de maquiar o que ocorreu, o que explica as subnotificações do fenômeno. Outros se expõem excessivamente em combate, uma forma de morrer maquiando os próprios suicídios.

Percebe-se que a mídia evita abordar o assunto, alegando que a cobertura feita de modo irresponsável pode ser prejudicial para a população, mas uma das principais razões é que afasta a audiência. O tema ainda é considerado tabu, pois poucos querem falar ou ouvir. Todavia, é uma realidade entre policiais militares, mas relegar o problema a segundo plano não faz com ele desapareça. Devido a este cenário, a avaliação psicológica parece fundamental, tanto no processo de seleção de pessoal quanto no decorrer de sua função, pois uma das decorrências do desequilíbrio emocional do policial militar é a violência exacerbada no cumprimento do dever.

Em livro escrito a partir de sua dissertação de mestrado, a psicóloga Fernanda Spainer Amador (2002), buscou investigar as causas da violência produzida por policiais militares, concluindo que ela consiste em uma expressão do sofrimento psíquico dos mesmos em seu trabalho, pois suas atitudes arbitrárias aparecem como parte dos mecanismos defensivos construídos coletivamente, com o fim de manterem-se na esfera intermediária entre a saúde mental e a loucura. Afirma que através da violência, os policiais militares expressam uma tentativa descontrolada de manterem sua subjetividade sob controle, para que ela não venha a trabalhar a execução de suas atividades, estabelecendo:

Assim, a concepção de violência policial, conforme havia definido na fase de problematização do estudo, foi ampliada. Isto porque ela não consiste, apenas, em atitudes arbitrárias cometidas por policiais contra a população e seus combatidos, já que pode se voltar contra o próprio policial, no caso da prática do suicídio ou, então, contra outros policiais no território da organização do trabalho. Desse modo, a violência dos policiais não consiste, apenas, na expressão de seu sofrimento, pois ela, também, contribui para a constituição deste sofrimento psíquico, que, por sua vez, pode expressar-se pela violência, formando um elo na grande cadeia de violência da sociedade. (AMADOR, 2002, p. 155-157).

Mesmo com cuidadoso recrutamento e seleção, rigoroso treinamento, condicionamento e acompanhamento psicológico, não há como “reprogramar” uma pessoa, pois sua educação, cultura, valores, traumas e emoções reprimidas vão interferir em seu trabalho. Muitos candidatos, ao ingressarem na polícia militar são atraídos pelo status da profissão, possibilidade de ascensão e estabilidade no serviço público, porém, com o decorrer do tempo, deparam-se, entre outros aspectos, como a falta de reconhecimento, a percepção risco real, enfrentamento diário com a criminalidade, confrontos armados, perdas de colegas e o consequente sofrimento mental. Cabe ressaltar que mesmo ocorrendo a desmilitarização, essa nova polícia continuaria com o mesmo quadro, pois são fatores inerentes a função.

Algumas corporações, preocupadas com a quantidade dos problemas de ordem física e mental, e buscando zelar pela imagem e a qualidade dos serviços prestados, têm procurado criar programas de prevenção e tratamento ao estresse. Todavia, o tema é delicado e ainda causa certa resistência dentro de algumas polícias militares, pois em muitos casos o próprio policial não admite a existência de problemas emocionais, dispensando ajuda nesse sentido. Constatado pelos profissionais de saúde que o policial está com sua saúde mental debilitada, inicialmente deve ser afastado da atividade-fim, para em seguida realizar o tratamento adequado, até que readquira as condições necessárias para desempenhar seu trabalho.

Mecanismos de Controle das Atividades da Polícia Militar

Quanto maior o controle, maior a legitimidade. Controlar um objeto significa influenciar seu comportamento de modo a obter um resultado desejado, todavia, ninguém gosta de ser controlado, em nenhuma esfera da vida. Quem não quer ser fiscalizado deve ser afastado do serviço público, visto que o servidor público não age ao seu bel prazer, mas sim seguindo as diretrizes estabelecidas. Só há democracia com controle, pois ao contrário seria o absolutismo, ditadura, tirania etc. Mencionando o problema da violência policial reside na falta de controle, Benoni Belli (2000) explica:

Não são raras as manifestações que procuram justificar as atrocidades cometidas pelos agentes de segurança pública com o argumento de que constituem o único recurso eficaz contra o crescimento da criminalidade. Trata-se, neste caso, de erradicar o mal pela eliminação de sua fonte irradiadora, ou seja, defende-se a aniquilação dos criminosos, tidos como uma escória irrecuperável. A essa solução final, opõe-se uma segunda posição muito comum entre as organizações de defesa dos direitos humanos, que enfatiza o déficit de Estado a partir de um ponto de vista claramente distinto. O problema residiria, sobretudo, na falta de controle e fiscalização democráticos sobre os agentes encarregados de fazer cumprir a lei, o que geraria ambiente propício para que a violência da criminalidade comum seja retro-alimentada pela violência policial, em um círculo vicioso de difícil solução. (BELLI, 2000, p. 235-236).

O controle das atividades do policial militar é fator fundamental para a manutenção e melhoria dos seus serviços, pois ele é o braço armado do Estado, agindo com uma parcela de poder a ele delegado, trabalhando diretamente com a violência, e desta forma está sujeito a desvios de conduta, gerando o emprego de procedimentos extralegais. Bittner (2003) menciona:

Entre os fatores que mais contribuem para o abuso do poder policial estão incluídos os traços da personalidade do policial enquanto indivíduo e a **ausência de controle por parte da polícia**. Todavia, a causa principal é a incompetência profissional. O trabalho policial é uma ocupação extraordinariamente complexa, difícil e séria, que frequentemente exige grande habilidade e capacidade de julgamento. (BITTNER, 2003, p. 37). (grifou-se).

Pode-se afirmar que os mecanismos de controle do efetivo por parte das polícias militares é fator preponderante para a correção de atitudes, uso racional da força, emprego de meios menos letais, buscando a qualificação dos policiais e por conseguinte a manutenção da paz social. Beato Filho (1999) afirma que esses mecanismos podem ser externos, como os governantes e políticos, a mídia e movimentos de defesa de direitos humanos, ou internos, como enquadramentos disciplinares, utilização de tecnologias de comunicação, treinamento e socialização em valores da corporação. Cruz, Carneiro e Bricenõ-León (1999) mencionam:

Todavia, esta violência do Estado deve estar sujeita a controles — como o da opinião pública, o da comunidade — e, para tal, deve estar normatizada, regulada por certos mandatos que restrinjam sua execução e certas condutas e procedimentos que, por um lado, deem legitimidade à ação violenta do Estado e, por outro, protejam os cidadãos dos excessos ou arbitrariedades dos funcionários do Estado. A sociedade entende que é muito arriscado dar carta branca a um grupo organizado e armado, como as polícias, e, por isso, impõe restrições à própria discricionariedade em suas ações. E isto é o que conhecemos como “estado de direito”. (CRUZ, CARNEIRO E BRICEÑO-LÉON, 1999, p. 120).

Bueno, Cerqueira e Lima (2013) abordaram as deficiências nos mecanismos de controle internos das polícias, mencionando a dificuldade da efetividade da atuação das corregedorias, pois há falta de estratégias de recursos humanos para os profissionais que lá labutam. Um exemplo é a falta de inamovibilidade, pois os policiais que lá atuam correm o risco de futuramente serem subordinados de algum investigado. Neste sentido é o pensamento de Goulart (2000):

As corregedorias fossem fortalecidas, autônomas e independentes, com carreira própria, desvinculadas das direções das polícias, para que se possa apurar independente de posto, cargo ou patente, porque hoje, na maioria dos estados, se apura internamente levando em consideração o posto, cargo ou patente do agente do estado. (GOULART, 2000, p. 56).

Apesar das polícias militares possuírem corregedorias, que são órgãos responsáveis pela apuração de infrações administrativas e penais, o trabalho realizado por algumas é precário, devido a falta de estrutura adequada. Exemplo disso é a necessidade de delegação de atribuições investigativas às unidades (batalhões) onde servem os investigados, que podem gerar certa parcimônia nas averiguações. Abordando esta temática, Lemgruber, Musumeci e Cano (2003) mencionam:

Na realidade, embora a Corregedoria esteja incumbida de conduzir os procedimentos internos, ela encaminha a maior parte das denúncias às unidades onde trabalham os policiais acusados (batalhões ou delegacias), e são estas que realizam as investigações, devendo remeter os resultados de volta à Corregedoria... Essa descentralização certamente não é sem consequências para o curso e os resultados da investigação. (LEMGRUBER, MUSUMECI e CANO, 2003, p. 84).

Conforme a Constituição Federal⁵, o controle externo da atividade policial é missão do Ministério Público, que tem sua atuação focada no formalismo processual dos inquéritos policiais, sendo que o tema da letalidade e abuso de autoridade é visto como um assunto atinente à esfera operacional, de competência exclusiva das polícias.

Além das corregedorias das polícias militares e da fiscalização externa do o Ministério Público, existem as Ouvidorias de Polícia, que têm a atribuição de

⁵ Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no art. anterior.

encaminhar às corregedorias reclamações, denúncias e elogios da população, acompanhando seus desdobramentos. Por ser um mecanismo de coibição e controle, a ouvidoria tende a ser indesejada pelos policiais. Zaverucha (2008) afirma que a ouvidoria não age contra as instituições policiais e os policiais, mas com ambos, trabalhando junto com eles para a solução dos problemas, além de outros órgãos governamentais e da sociedade civil, destacando-se:

Por conseguinte, é fundamental que a Ouvidoria de Polícia tenha uma tríplice face: 1) Acolher as denúncias dos indivíduos contra os agentes estatais; 2) acolher denúncias de policiais contra policiais ou outros agentes estatais; 3) acolher as denúncias de policiais contra indivíduos. Agindo assim, acredito que a Ouvidoria será capaz de ganhar legitimidade, tanto entre policiais, quanto entre os usuários de seus serviços.

[...]

A Ouvidoria deve ser um órgão autônomo, no sentido de que seu titular seja escolhido por órgão independente do poder fiscalizado. A autonomia precisa ser não apenas funcional, mas, também, orçamentária. Deste modo, evita-se que a Ouvidoria possa, por exemplo, vir a ser “asfixiada financeiramente” pelo Governador de plantão. Ou seja, caso o ouvidor não se comporte de acordo com a vontade do Executivo, ele poderia cortar o fluxo financeiro destinado à instituição. Matando-a de inanição. (ZAUERUCHA, 2008, p. 225-226).

Portugal possui um órgão de controle externo chamado Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), ligado ao Ministério da Administração Interna (MAI), com autonomia funcional e técnica, possuindo competência de controle externo sobre todos os órgãos vinculados ao MAI, incluindo a PSP, GNR e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e entidades que exercem atividades de segurança privada. Em sua página da internet⁶ consta:

A Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) é um serviço independente de controlo externo da atividade policial. É tutelada pelo Ministério da Administração Interna (MAI) e a sua ação incide sobre todos os serviços e forças de segurança que dele dependem, garantindo a observância dos direitos dos cidadãos, com especial relevo para a proteção dos direitos humanos, e a manutenção da ordem pública. (IGAI, 2017).

Trata-se de um órgão de fiscalização externa, com autonomia para fiscalizar todas as polícias de Portugal, o que contribui sobremaneira para a manutenção da regularidade das corporações. As dificuldades de controle da violência empregada pela polícia denota a necessidade de readequação e reaparelhamento, pois a tarefa

⁶ <https://www.igai.pt>

da polícia policiar a si mesma é questão complexa. Visando coibir as ações abusivas, é necessário que haja mais transparência das atuações das polícias militares, estabelecendo-se uma rotina de controle preventivo, e não somente reprimir os desvios de conduta após o seu acontecimento.

Não se discute a necessidade de controle, mas sim a forma de torná-la plenamente eficaz, pois as atuais estruturas não demonstram capacidade de enfrentar e coibir a violência empregada pela polícia militar. Ou se mantém como está e se qualifica os serviços, ou devem ser criadas novas estruturas. No cenário atual, cada polícia militar tem sua corregedoria interna, e externamente há as ouvidorias, que apenas repassam as denúncias de desvios de conduta para as corregedorias, e o Ministério público, que realiza um controle basicamente cartorial.

Todavia, há entraves legais em pretensas reformulações dos mecanismos de controle, como por exemplo dar autonomia para as corregedorias, independência e carreira própria, pois dependendo da formatação empregada, poderia ser construída uma estrutura externa, e neste caso não faria mais parte da instituição. Uma alternativa é o que fez o estado do Rio de Janeiro, que criou uma Corregedoria-Geral Unificada, apurando infrações cometidas pela polícia civil, militar e corpo de bombeiros, estabelecendo uma competência concorrente, que é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que padece de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para a criação de um órgão externo haveria um possível conflito de atribuições com o Ministério Público, necessitando uma adequação constitucional, devendo também ser estudada a viabilidade de uma competência concorrente. Dessa forma, uma das ações necessária para a diminuição da violência empregada pela polícia militar passa pelo fortalecimento dos órgãos de controle, com a qualificação de seus serviços.

SÍNTESE

O recrutamento, seleção e formação dos policiais militares é assunto presente quando é analisado o cenário de ações abusivas, pois estes profissionais são oriundos da sociedade, trazendo consigo cultura e valores que precisam ser adequados ao serviço de polícia ostensiva, sendo necessário que o efetivo tenha uniformidade em suas ações. Nos cursos de formação, devem estar presentes

disciplinas visando o policiamento de proximidade, como por exemplo direitos humanos.

O estresse produzido no trabalho dos policiais militares deve ser uma pauta constante das instituições policiais, pois é uma profissão extremamente desgastante devido a suas peculiaridades. As corporações devem atuar tanto na prevenção quanto no tratamento destes profissionais, pois um dos possíveis reflexos do estresse é o emprego abusivo da força. Ainda, o controle das atuações destes profissionais deve ser ampliado e qualificado, pois quanto maior o controle, maior a legitimidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permeada por revoltas internas, período de escravidão e golpes de Estado, a violência no Brasil tem raízes históricas, que se mantêm na atualidade por inúmeros fatores, dentre os quais se pode destacar a incapacidade do Estado em gestionar necessidades sociais básicas da população, como saúde, educação, nutrição, habitação e emprego, além de não conseguir enfrentar os altos índices de corrupção. Essa desestruturação acaba tendo como consequência o aumento das desigualdades sociais, gerando uma expansão do crime e da violência urbana.

Responsável por manter o Estado Democrático de Direito, garantir os direitos da população e preservar a ordem pública, as polícias militares estão inseridas em um contexto de constantes conflitos. Resultado de políticas públicas deficientes, cultura social violenta, dificuldades na formação do efetivo e falta de controle correcional, alguns policiais militares, através de atitudes arbitrárias, por vezes acabam transformando-se em fontes geradoras de violência.

Nesse contexto, a presente pesquisa buscou fazer um apanhado de vários aspectos sobre a desmilitarização das polícias militares brasileiras e a possível diminuição de abusos por produzidos por alguns de seus integrantes. Buscou-se investigar o papel das polícias militares no cenário mundial, verificando suas atribuições e o alcance das atividades realizadas. Foram abordadas suas raízes históricas, desde a sua gênese na *Maréchaussée*, na França, que consolidaram as *gendarmeries* na Europa, sua expansão para Portugal até a chegada ao Brasil.

No Brasil as polícias militares são responsáveis pela polícia ostensiva, e apesar do duplo papel desempenhado, possuindo deveres militares e obrigações policiais, não há como afirmar que existam prejuízos para a sociedade. O que necessita ficar claro é que as forças armadas possuem missões distintas das polícias militares, havendo uma convivência harmônica entre ambas, devido aos pontos de contato de suas organizações, porém o caráter militar destas deve ser observado em termos organizacionais, mas não na realização de suas atividades.

Analisando este cenário, foram trazidos a discussão argumentos afirmando que as polícias militares são violentas, baseados em estatísticas duvidosas, grande número de óbitos resultantes dos confrontos entre criminosos e policiais militares, somados a subnotificações de casos de agressões sem morte e o histórico de

atuações arbitrárias (individuais e coletivas), gerando insatisfação e revolta em âmbito nacional e internacional. Todavia, existe uma escassez de estudos aptos a apontar critérios científicos válidos que demonstrem que as polícias militares são violentas, ainda mais em um país com dimensões continentais, com 26 estados (mais o Distrito Federal), que diferem em muito o tamanho e a forma de atuar de suas instituições policiais.

Fator extremamente relevante é a busca por apresentar conteúdos científicos que apontem o nível de letalidade nas ações policiais. É necessário que sejam analisados os casos de enfrentamento entre policiais militares e cidadãos a partir das sentenças condenatórias transitadas em julgado, pois devido ao nosso sistema constitucional, só a partir de uma condenação pode-se apontar que a atuação do profissional foi ilegal.

O fato é que se enfrenta um cenário catastrófico de violência, sendo demonstrado que o Brasil tem números de homicídios bem acima dos aceitáveis pela OMS, superando inclusive muitos países em guerra, como por exemplo a Síria, e não é lógico pressupor que todas ocorrências de confronto policial em que ocorra óbito resulte de ações ilegais perpetrado por policial militar. Basear as análises quanto ao abuso de poder empregado por elas apenas nas estatísticas de homicídios gerados em confrontos não parece ser o mais adequado, pois estes confrontos representam minimamente suas intervenções diárias, apesar das dificuldades de catalogar todas as suas atuações. É relevante citar-se que se a polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo, também é uma das que tem o maior número de policiais mortos, pois segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2016, do FBSP (2016, p. 06), no ano de 2015, 358 policiais foram vítimas de homicídio.

A polícia militar não é violenta por ter o caráter militar, pois a estética militar é apenas usada como forma organizacional, pouco influenciando em suas atividades. Todavia, é certo que algumas medidas devem ser tomadas, especialmente quanto aos cursos de formação e ao controle das atuações, pois há casos de uso abusivo da força. Caso a polícia militar fosse desmilitarizada, a nova polícia não deixaria de enfrentar as mesmas condições sociais, econômicas, culturais, e a criminalidade que assola o País. As alegações de que suas tropas ficam aquarteladas aos moldes do Exército não condizem com a realidade, pois apenas uma pequena porcentagem de policiais militares fica em regime de

prontidão, visando coibir atos multitudinários ou ocorrências de maior vulto, e isso somente em capitais ou grandes cidades, pois o objetivo do trabalho é atuar nas ruas, realizando patrulhamento ostensivo e preventivo. Ainda, não há capacidade financeira para sustentar efetivo aquartelado além do extremamente necessário, tendo em vista a escassez de verbas para manter a estrutura funcionando.

A nova polícia desmilitarizada (ou a fusão entre as atuais polícias civis e militares estaduais) não estaria fora das políticas públicas de enfrentamento da criminalidade determinadas pelos governos estaduais, pois continuaria a agir de acordo com as agendas estabelecidas. Ou seja, caberia a ela realizar as mesmas tarefas que hoje são desempenhadas pelas polícias militares, e não há evidências que teriam atuações diferentes. Repetido o quadro, o uso abusivo da força continuaria a existir, e a sua diminuição pela nova estrutura seria uma mera aposta, baseada em critérios empíricos.

Com relação a mídia, como os veículos de comunicação possuem por escopo ser instrumentos de informação, conscientização e educação das massas, necessitam ter um cuidado mais refinado quando abordam conteúdos sobre atos praticados pelas polícias. A atuação da chamada “imprensa marrom” é perniciosa, pois o sensacionalismo produzido na divulgação de ocorrências policiais acaba por ampliar a sensação de insegurança da população. Mais nociva ainda é quando foca nos erros cometidos por alguns policiais militares, passando a mensagem de que o próprio Estado é violento, causando descrédito por parte da sociedade. Expondo os erros de policiais de forma malévola (ressaltando que devem ser divulgadas as falhas policiais, mas com o devido bom senso), acaba fomentando no imaginário popular que se está sofrendo uma pandemia de violência por parte da polícia militar, fornecendo material para que alguns segmentos formadores de opinião apresentem pseudo-soluções para o problema, entre elas a desmilitarização, que aos moldes que são apresentadas em alguns projetos de emenda constitucionais mostram-se inconstitucionais.

A divulgação em redes sociais de fatos envolvendo atuações de policiais militares, muitas vezes por pessoas levianas e tendenciosas, ocorre em consequência da falta de senso de responsabilidade, contribuindo para o fortalecimento da imagem de uma polícia arbitrária e truculenta.

A resposta ao problema da pesquisa é negativa, ou seja, com a desmilitarização não ocorreria diminuição de atos abusivos perpetrados pelas

polícias militares. Em consequência, a hipótese inicial para a resolução do problema da pesquisa não foi confirmada, pois com a desmilitarização não ocorreria diminuição dos casos de abuso no uso de meios coercivos praticados por policiais militares, havendo apenas uma substituição de uma estrutura por outra. Em decorrência do cenário de abusos perpetrados por alguns destes profissionais, (lembrando que taxar mais de 400.000 policiais militares de violentos é uma total falta de bom senso), são propostas por estudiosos várias medidas para a melhoria e qualificação dos serviços prestados pelos órgãos policiais, visando a diminuição dos abusos cometidos, sendo explorados no presente estudo algumas que foram consideradas mais relevantes, até por uma questão de extensão da pesquisa.

Implicações Teóricas dos Resultados

A evolução da polícia ostensiva brasileira precisa ser natural, evitando-se soluções que causem um rompimento abrupto. O sistema penal brasileiro está colapsado, desde o policial que prende o criminoso nas ruas até a saída dele da prisão (que em tese deveriam o ressocializar), passando por todo o processo judicial burocrático e moroso, e dessa maneira não há espaço para soluções rápidas e aventureiras. Diante deste cenário, percebe-se que muitas vezes episódios de abusos policiais são utilizados pela mídia com a finalidade de atingir objetivos políticos e ideológicos, disseminando a sensação de insegurança.

A desmilitarização não pode ser tratada como solução para a violência urbana, tampouco para os atos violentos perpetrados por alguns policiais militares, devendo ser discutidas estratégias mais coerentes com a realidade brasileira. A pesquisa não buscou esgotar o assunto, tendo em vista a complexidade da temática, mas procurou produzir mais conhecimento na área a fim de que os estudos possam ser ampliados.

Percebe-se que há um grande interesse da sociedade pelo tema, porém a maioria da bibliografia existente tem suas construções, raciocínios e julgamentos baseados no empirismo. Dessa forma, há que se buscar futuramente, investigações baseadas em estudos científicos, multidisciplinares, debatendo o assunto com toda a sociedade, a fim de que uma decisão pela desmilitarização não venha a colaborar para o aumento da criminalidade e de atos abusivos perpetrados por policiais militares.

Recomendações de Ação

O recrutamento de novos policiais militares deve ter como requisito, para o cargo de soldado, a exigência de nível superior, e para oficiais o bacharelado em Direito. O requisito de formação em nível superior deriva da necessidade de qualificação da atividade-fim, devido as peculiaridades da função. A seleção deve ser rígida, destacando-se a avaliação psicológica e psiquiátrica, além de uma detalhada análise da vida pregressa.

Com relação a educação policial, é necessário que haja uma grade curricular adequada à função, com destaque para a resolução de conflitos, aprofundamento nas questões de policiamento comunitário, diálogo com a sociedade, cidadania e direitos humanos. Já os treinamentos devem ter ênfase no desenvolvimento de controle emocional dos candidatos, pois basicamente serão chamados para atender ocorrências de desinteligência e conflitos de toda ordem, tendo como esteio o uso legal e progressivo da força, sendo o uso da arma de fogo o último recurso, conforme preceituam as normas nacionais e internacionais relativas a essa matéria.

Um detalhe quanto ao processo de formação considerado recomendável é a vedação a cânticos de guerra e eliminação de criminosos, pois o objetivo da polícia militar é salvar vidas e aplicar a lei, auxiliando a comunidade, não podendo haver a instigação dos alunos a perceberem os delinquentes como inimigos. Da a mesma forma evitar-se os chamados “trotes”, os quais acabam gerando revolta no aluno, que por serem tratados como coisas, podem vir a reproduzir na sociedade os abusos que passaram em sua formação. Ferrari (2014), na conclusão de sua tese de mestrado, em longa pesquisa nas escolas de formação de soldados e sargentos da Brigada Militar, afirma:

Essa estruturação militar, como vêm apresentando as escolas de formação de praças da Brigada Militar, traz consigo práticas que visam o adestramento e docilização da tropa, e a consequente mortificação do homem submetido a ela, levada a efeito pelo afastamento de laços familiares e pela profanação do ser, como afrontas diretas a sua dignidade, através de exercícios humilhantes, irritantes e vexatórios, que podem ser confirmadas nas pesquisas de campo nas escolas de formação de praças do Estado do Rio Grande do Sul.

Importante lembrar que não só no Rio Grande do Sul, mas conforme apontado no capítulo dois, existem fortes indícios de que estas práticas sejam de uso comum em várias escolas de formação de policiais militares espalhadas pelo Brasil. Como lembrou Goffmann, elas são estufas para

transformar o homem. Isso pôde ser verificado quando analisadas as reportagens em jornais eletrônicos e vídeos disponibilizados na internet. Frente ao apresentado, como base conceitual dos Direitos Humanos, tais práticas ferem a dignidade dos alunos soldados e sargentos, e isso é sentido e indicado pelos alunos quando relatam as chamadas sugestões existentes nas escolas de formação. (FERRARI, 2014, p. 142).

O estresse decorrente da atividade policial, pela natureza do trabalho, expõe os profissionais a várias adversidades, como desgastes físicos e emocionais em suas atividades laborais. Esta enfermidade necessita ser acompanhada de forma mais criteriosa, tanto no que tange a prevenção quanto ao seu tratamento. O policial militar atende todos os tipos de ocorrências, desde pessoas integras até a escória da população, deparando-se com a gratidão de pessoas atendidas assim como sangrentos enfrentamentos, chacinas, óbitos de toda ordem, especialmente com o risco de matar ou morrer.

Na subcultura policial, procurar atendimento especializado tende a ocorrer apenas quando o problema está instaurado e o policial tem sua estrutura psíquica comprometida, porque buscar ajuda é considerado por muitos colegas como sinônimo de fraqueza, pois este profissional não consegue aguentar a pressão das ruas. Nesse contexto, as corporações necessitam ficar atentas e desenvolver programas contínuos de prevenção e controle do estresse, pois comportamentos alterados influenciarão na vida do policial militar, na prestação dos serviços e na violência produzida.

Quanto ao controle correicional, há várias propostas de implementação de melhorias, mudanças procedimentais e alterações legislativas. Os órgãos correicionais internos devem ser mantidos e ampliadas as suas estruturas, não podendo ser relegados a segundo plano, devido ao fato de haver corporações que considerem as atividades de controle disciplinar geradoras de desgastes frente a opinião pública, sendo uma estratégia errônea, pois quando os maus profissionais são exonerados, a comunidade ganha com a qualidade do serviço prestado, fortalecendo o trabalho dos bons policiais. Veja-se o pensamento de Poiares (2013):

A fiscalização interna é sem dúvida uma peça fundamental no processo de mudança, sobretudo se assentar na promoção de uma cultura de comportamento exemplar, em uma atividade processual disciplinar célere, e um controle isento e rigoroso dos comportamentos em todos os níveis hierárquicos. É sobejamente sabido que um dos maiores fatores de desmotivação é os funcionários perceberem que, aqueles que não cumprem, não são punidos ou corrigidos. (POIARES, 2013, p. 167).

É necessário que tanto o controle interno quanto o controle externo da atividade policial desempenhem suas funções de forma mais proativa do que reativa, atuando ininterruptamente na melhoria dos mecanismos que previnam eventuais desvios de conduta. A implementação de procedimentos de investigações correcionais mais eficientes e céleres, prevenindo, fiscalizando e punindo eventuais desvios de conduta, vão ao encontro do que clama a sociedade, que tem direito a um serviço policial prestado com lisura e atento à legalidade.

REFERÊNCIAS

ALTERMANN, Dennis. **Qual a Diferença Entre Redes Sociais e Mídias Sociais?** 2010. Disponível em: <<http://www.midiatismo.com.br/qual-a-diferenca-entre-redes-sociais-e-midias-sociais>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência Policial: Verso e Reverso do Sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. **Direito e Segurança Pública Juridicidade Operacional da Polícia: O Manual do Policial Moderno**. Brasília: Consulex, 2003.

ANDRADE, Vander Ferreira de. **Do direito fundamental à segurança pública: análise crítica do sistema constitucional de segurança pública brasileiro**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp148191.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis Pela Aplicação da Lei**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/931761.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

ASSIS, Jorge César de; Genro, Ângela Saideles; Ribas, Renata. **Análise da significação dos termos “forças auxiliares” e “reserva”, constantes no artigo 144, § 6º, da constituição federal de 1988**. Disponível em: <<http://jorgecesarassis.jusbrasil.com.br/artigos/121940517/analise-da-significacao-dos-termos-forcas-auxiliares-e-reserva-constant-no-artigo144constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Rodrigo Ghiringuelli. **Elementos Para a Modernização das Polícias Brasileiras**. In Fórum Brasileiros de Segurança Pública. São Paulo, v. 10, Suplementos Especial, 8-20, Fev/Mar 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/revista_especial.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BAHIA EM NOTÍCIAS. **Governo, associações e sindicato têm acordo e greve termina no Espírito Santo**. 2017. Disponível em: <<https://bahiaemnoticias.com.br/governo-associacoes-e-sindicato-tem-acordo-e-greve-termina-no-espirito-santo>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

BARROS, Ciro. **Formação da PM é baseada em abusos, dizem policiais**. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BARROS, Lúcio Alves de. **Da "Polícia Bilontra" à "Polícia Catatônica"**. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Sociologia e Realidade - Pesquisa Social no Século XXI. Belo Horizonte: UFMG.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **As Limitações da Contabilidade Oficial de Crimes no Brasil: o papel das instituições de pesquisa e estatística**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação

SEADE v. 21, n. 1, p.7 – 18, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

BAUMAN, Zygmunt; Dessal, Gustavo. **O Retorno do Pêndulo - Sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar. 2017.

BAYLEY, David H; SKOLNICK, Jerome H. **Policimento comunitário. Questões e práticas através do mundo**. São Paulo: EDUSP, 2002.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. **Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial**. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a02.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BELLI, Benoni. **Monopólio da violência e pacificação no Brasil: reflexões sobre a violência policial**. *Revista Cidadania e Justiça*. São Paulo, 2000.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação a Filosofia do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

BERNARDO, Kaluan. **Qual é o grau de letalidade da polícia brasileira**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2015/12/10/A-pol%C3%ADcia-mata-muito.-Aqui-est%C3%A3o-os-dados-para-discutir-o-tema>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BICUDO, Hélio. **A Unificação das Polícias no Brasil**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo. Universidade de São Paulo, vol. 14, nº 40, 2000.

_____. Hélio. **Crimes da PM devem ser julgados pela Justiça Comum**. 2011. Disponível em: <<http://helio-bicudo.blogspot.com.br/2011/10/crimes-da-pm-devem-ser-julgados-pela.html>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. Norberto; Matteuci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 9ª. ed., 1997.

BONIS, Gabriel. **Justiça Militar para policiais deveria ser eliminada, dizem analistas**. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/justica-militar-para-policiais-deveria-ser-eliminada-dizem-analistas-312.html>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. **Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm>. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, **Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0667.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. **Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública.** 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Portaria Interministerial nº 4.226. **Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.** Disponível em: <<http://www.mvb.org.br/campanhas/portaria4226.php>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

_____. Senado Federal. **Projeto de Emenda à Constituição PEC 51/2013. Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial.** Brasília. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=137096&c=PDF&tp=1>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 103.684.** Brasília, DF, 21 out. 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=621935>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto; Carneiro, Leandro Piquet; Cruz, José Miguel Cruz. **O apoio dos cidadãos à ação extrajudicial da polícia no Brasil, em El Salvador e na Venezuela.** In: PANDOLFI, Dulce, et al. (orgs). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

BRILHANTE, Cristiano Silva. **Abordagem Policial: Aspectos Jurídicos, Técnicos e Práticos.** Porto Alegre: Evangraf, 2016.

BRISO, Caio Barreto. **Pesquisa tenta decifrar as razões da violência policial.** 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-tenta-decifrar-as-razoes-da-violencia-policial-20215837>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BUENO, Samira; Cerqueira, Daniel; Lima, Renato Sérgio de. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial.** *Anuário de Segurança Pública – Versão 2013.* Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/11/anuarioviolencia.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

CABRA, Danilo Cezar. **Como foi o massacre do Carandiru?.** 2016. Disponível em: <<https://mundoestranho.abril.com.br/crimes/como-foi-o-massacre-do-carandiru/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CABRAL, Bruno Fontenele. **Por que sou contra a PEC 51/2013?.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 118, nov 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13840&revista_caderno=9>. Acesso em: 10 set 2017.

CAMARGO, Carlos Alberto. **Estética Militar e Instituições Policiais**. São Paulo: Revista Força Policial, Polícia Militar de São Paulo, n. 15, setembro de 1997.

CANO, Ignácio; Duarte, Thaís. **Milícias**. In LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Rodrigo Eduardo Rocha. **O princípio democrático e a desmilitarização das polícias militares no Brasil**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13823>. Acesso em: 13 fev. 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CASTRO, José Roberto. **Como funciona a Previdência dos militares e por que eles estão fora da reforma**. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/09/Como-funciona-a-Previd%C3%Aancia-dos-militares-e-por-que-eles-est%C3%A3o-fora-da-reforma>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CEJIL *et al.* **Relatório do Rio de Janeiro sobre Execuções Sumárias**. 2003. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_rj_exec_sumarias.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

CHADE, Jamil. **Brasil diz não à ideia da ONU de pôr fim à PM**. 2012. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-diz-nao-a-ideia-da-onu-de-por-fim-a-pm,932755>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à Filosofia**. Porto Alegre: Bertand Brasil, 1999.

CHAVES, Domingo Vaz. **História da Polícia em Portugal (formas de justiça e policiamento)**. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/997998-HISTORIA-DA-POLICIA-EM-PORTUGAL/>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

CHEVIGNY, Paul. **Police Deadly Force as a Social Control: Jamaica, Brazil, and Argentina**. In HUGGINS, Marta. Vigilantism and the State in Modern Latin América: Essays on Extralegal Violence. New York: Praeger, 1991.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil**. Disponível em: <https://cidh.oas.org/countryre_p/brazil-port/Cap%203.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

COSTA, Arthur Trindade M. **Entre a Lei e a Ordem**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Naldson Ramos da. **Modelo Operacional, Violência Policial e Democracia**. In: TAVARES, Jodé Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício (Orgs.). Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. Naldson Ramos da. **Violência Policial, Segurança Pública e Práticas Civilizatórias no Mato Grosso**. In: Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14691>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

COTTA, Francis Albert. **Os Quadrilheiros no Caleidoscópio: Um exercício de história comparada - Portugal, Brasil e Peru**. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/osLquadrilheirosnocaleidoscopioumexerciciodehistoriacomparada.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

DETONI, Maurício Paraboni. **Formação Policial**. Curitiba: CRV, 2014.

DIAS, Giulia. Almeida, Náila. **Guerra pela audiência faz com que TV se renda ao sensacionalismo**. 2015. Disponível em: <<http://jornalismosp.espm.br/plural/guerra-pela-audiencia-alavanca-o-sensacionalismo-na-tv-aberta>>. Acesso em: 16 dez 2016.

DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e Segurança. Entre Pombos e Falcões**. Rio de Janeiro: Lumes Juris, 2003.

DUARTE, Tavares. **Associação FIEP. Resultados Obtidos e Futuro Previsível**. 2013. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9994/1/TII_MAJ%20Tavares%20Duarte.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

EUROGENDFOR. **The European Gendarmerie Force**. Disponível em <<http://www.eurogendfor.org>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FANTTI, Bruna. **Vídeo flagra PMs atirando em dois jovens já caídos no chão**. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-03-30/video-flagra-pms-atirando-em-dois-jovens-ja-caidos-no-chao.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FARIAS, Lindbergh. **Proposta de Emenda à Constituição nº __de__de setembro de 2013**. Disponível em: file:///C:/Users/cesar/Downloads/sf-sistema-sedol2-id-documento-18556%20(4).pdf>. Acesso em: 07 jul. 2017.

FERRARI, Géverson Aparício. **A Brigada Militar e os direitos humanos : práticas e percepções sobre Direitos Humanos nas escolas de formação de praças durante a sociabilização secundária**. 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106932>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Roberto Cesar Medeiros; Reis, Thiago de Souza dos. **O Sistema Francês de Polícia e a sua relação com a Segurança Pública no Brasil**. In: Encontro Regional de História da ANPUH – RIO, 15., 2012, Rio de Janeiro. Anais. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resoruces/anais/15/1338408842_ARQUIVO_OSistemaFrancesePoliciaeasuarelacaoacomasegurancaPublicanoBrasil.pdf>. Acesso em: 21 jan 2016.

FIEP. **Association of European and Mediterranean gendarmeries and police forces with military status**. Disponível em: <<http://www.fiep.org>> Acesso em: 30 jun. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. História da violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 10, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 9, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015_retificado_.Pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FRANÇA, Adriana Aparecida; Toigo, Marceu Dornelles; Mello, Milena Deganutti. **A Percepção da Comunidade Sobre a Polícia Militar em Marília-SP**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/101-362-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

FREIXO, Marcelo. **Polícia e Direitos Humanos**. In: Kucinski, Bernardo *et al.* Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

G1. **Brasil é o 8º país com mais suicídios no mundo, aponta relatório da OMS**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2014/09/brasil-e-o-8-pais-com-mais-suicidios-no-mundo-aponta-relatorio-da-oms.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

G1. **Conselho da ONU recomenda fim da Polícia Militar no Brasil**. 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.html>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Série Polícia e Sociedade , n.9. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

GOULART FILHO, Luiz. **Polícia e Controle social**. In: Seminário Internacional Polícia e Sociedade democrática: desafios para o século XXI. Anais. Porto Alegre: CORAG, 2000.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA. **História da Guarda Nacional Republicana**. Disponível em <<http://www.gnr.pt/historiagnr.aspx>> Acesso em: 22 abr. 2017.

HALL, Stuart et. al. **The Social production of news: mugging in the media**. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. The manufacture of news: Deviance, social problems & mass media. London: SAGE, 1981.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/portal/cmcc/texto.asp?servico=jurisprudenciaomissaoconstitucional>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

JESUS, José Lauri Bueno. **Polícia Militar & direitos humanos. Segurança Pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito**. Curitiba: Juruá, 2004.

KARAM, Maria Lucia. **Violência, Militarização e “Guerra às Drogas”**. In: Kucinski, Bernardo *et al.* Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

LAZZARINI, Álvaro. **Direito Administrativo da Ordem Pública**. São Paulo: Forence, 1987.

LEMGRUBER, Julita; Musumeci, Leonarda; Cano, Ignacio. **Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo das polícias no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, Renato Sérgio de; Borges, Doriam. **Estatísticas Criminais no Brasil**. In LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

LOCHE, Adriana. **A Letalidade da Ação Policial: Parâmetros para Análise**. Tomo, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe n. 1, São Cristóvão, NPPCS/UFS, n.17, jul./dez. 2010.

LOTIN, Elisandro. **Uma “guerra de todos contra todos”**. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Revista Brasileira de Segurança Pública. 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em 21 dez. 2016.

MACHADO, Leonardo Marcondes. **Desmilitarizar a Segurança Pública é Garantir a Vida no Estado de Direito**. In: Consultor Jurídico. 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-ago-11/academia-policia-desmilitarizar-seguranca-publica-garantir-vida-estado-sireito#_ednref1>. Acesso em: 29 abr. 2017.

MARTIL, Neusa Mosi Antunes. **Polícia Militar na Atual Conjuntura Social: Perspectiva de Mudanças**. Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Polícia Militar. Academia de Polícia Militar, Porto Alegre, 2014.

MATOS, Hermínio Joaquim. **Terrorismo & Contraterrorismo**. Sistemas de Segurança Interna. Lisboa: Caleidoscópio, 2016.

MENA, Fernanda. **Um Modelo Violento e Ineficaz de Polícia**. In: Kucinski, Bernardo *et al.* Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENDONÇA, Olavo Freitas. **A militarização das polícias americanas**. 2014. Disponível em: <<http://blitzdigital.com.br/index.php/artigos/918-a-militarizacao-das-policias-americanas>>. Acesso em: 09 out. 2014.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Violência Policial no Brasil: Abordagens Teóricas e Práticas de Controle**. In: Dulce Chaves Pandolfi; José Murilo de Carvalho; Leandro Piquet Carneiro; Mario Grynspan. (Org.). Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MICHAELA, Juliana. **Mato Grosso terá estudo sobre estresse policial**. 2009. Disponível em: <<http://comunidadesegura.org.br/pt-br/MATERIA-mato-grosso-tera-estudo-sobre-estresse-policial>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MIRANDA, Dayse. **Por que policiais se matam?**. 2016. Disponível em: <<http://gepesp.org/wp-content/uploads/2016/03/POR-QUE-POLICIAIS-SE-MATAM.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

MOLINA, Omar Franklin. **Estresse no cotidiano**. São Paulo: Pancast. 1996.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública**. São Paulo: Edusp, 2013.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **A Segurança Pública na Constituição**. Revista de Informação Legislativa. Brasília: Senado Federal, nº 109. 1991.

NALINI, Jose Renato. **A rebelião da toga**. Campinas: Millenium, 2008.

NJAINE, Kathie *et al.* **A imagem do policial na mídia escrita: estudo comparativo de quatro capitais brasileiras**. Coleção Segurança com Cidadania / Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - Ano I, 2009.

NÓBREGA, Thalita Borin. **A questão da Justiça Militar**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, v. XVI, n. 113, jun/2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13304&revista_caderno=9>. Acesso em: 18 mar. 2017.

O GLOBO. **Mortes provocadas por policiais, e 10 casos de violência que chocaram o Rio**. 2016. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/mortes-provocadas-por-policiais-10-casos-de-violencia-que-chocaram-rio-19654901>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2011. **Capital paulista reduz homicídios em 23,69%**. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/node/4277>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Suicídio é responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil**. 1997. Acesso em: <https://cidh.oas.org/countryrep/brazil-port/Cap%203.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

PASSOS, Sonia da Costa. **Microfísica Da Violência Na Formação Do Policial Militar: Uma análise sobre a luz da Teoria de Pierre Bourdieu e Erving Goffamn**. 2012. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sbsnorte/sbsnorte2012/ARQUIVOS/GT6-233-82-20120911232650.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

PEIXOTO, Alberto. **Vitimização Criminal, Mitos e Realidades**. Ponta Delgada: Macaronésia, 2014.

PESCHANSKI, João Alexandre; Moraes, Renato. **As Lógicas do Extermínio**. Kucinski, Bernardo *et al.* Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

PINHEIRO, Marilda. **Ciclo completo da Polícia Militar versus Estado Democrático de Direito**. In Fórum Brasileiros de Segurança Pública. São Paulo, v. 10, Suplementos Especial, 44-49, Fev/Mar

2016. Disponível em < http://www.forumseguranca.org.br/storage/revista_especial.pdf >. Acesso em: 25 fev. 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; Almeida, Guilherme Assis de. **Violência urbana**. São Paulo: PubliFolha, 2003.

_____. Paulo Sérgio. **O Estado de Direito e os não Privilegiados na América Latina**. In MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Democracia, Violência e Injustiça: o Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POIARES, Nuno. **Mudar a polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade Portuguesa**. Lisboa, Bnomics, 2013.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e Segurança: A Morte como Poder?**. Goiânia: UFG, 2001.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

PROENÇA JÚNIOR, Domício. **O enquadramento das Missões de Paz (PKO) nas teorias da guerra e teoria de polícia**. In: Esteves, Paulo Luiz (org.). Instituições Internacionais: Comércio, Segurança e Integração. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

QUIVY, Raymond; Luc Van Campenhoudt. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica: para alunos de cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2005.

ROCHA, Alexandre Pereira. **A Gramática das Polícias Militarizadas: Estudo Comparado Entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo – Brasil e Carabineros – Chile, em Regimes Políticos Autoritários e Democráticos**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14293/1/2013_AlexandrePereiraRocha.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ROCHA, Fernando Carlos Wanderley. **Desmilitarização das Polícias Militares e Unificação de Polícias – Desconstruindo Mitos**. Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/unificacao-de-policias/Texto%20Consultoria.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAAVEDRA, Herbert. **O rigor necessário da Justiça Militar**. Revista Jus Navigandi. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56548>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SANTOS, Bárbara Ferreira. **Em 5 anos, violência no Brasil mata mais que a guerra na Síria**. 2016. <<http://exame.abril.com.br/brasil/violencia-brasil-mata-mais-guerra-siria>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Segurança Pública: Formação, Controle e Alternativas**. In: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – Assembléia Legislativa. Relatório Azul. Porto Alegre: Corag, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Eurico João. **Regras Gerais Sobre Polícia**. Conferências da IGAI, 2002/2003, Lisboa.

SILVA, Gabriela Galiza e; Gurgel, Yara Maria Pereira. **A Polícia na Constituição Federal de 1988: Apontamentos Sobre a Manutenção de um Órgão Militarizado de Policiamento e a sua Incompatibilidade Com a Ordem Democrática Vigente no Brasil**. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Revista Brasileira de Segurança Pública. 2016. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/597/232>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. **Por que desmilitarizar a polícia ostensivo-preventiva?**. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/por-que-desmilitarizar-a-policia-ostensivo-preventiva>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. Luiz Eduardo. **Por Que Tem Sido Tão Difícil Mudar as Polícias?**. In: Kucinski, Bernardo *et al.* Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Luiz Eduardo. **Segurança Pública – Glossário**. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

SOUZA, Beatriz. **Os 25 países mais violentos do mundo (Brasil entre eles)**. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/os-25-paises-mais-violentos-do-mundo-brasil-e-o-18o/>>. Acesso em: 19 jan 2017.

SUDBRACK, Aline Winter. **A Violência Policial e o Poder Judiciário no Rio Grande do Sul**. In: Tavares, Jodé Vicente *et al.* Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina, 2011.

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade: Uma história social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

UOL. **Greve de policiais termina com aumento de 156% de mortes na região metropolitana de Salvador**. 2012 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/12/greve-de-policiais-termina-com-aumento-de-156-de-mortes-na-regiao-metropolitana-de-salvador.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Do Ministério Público e da Polícia: Prevenção Criminal e Ação Penal Como Execução de Uma Política Criminal do Ser Humano**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Teoria Geral do Direito Policial**. Coimbra: Almedina, 2014.

VALLA, Wilson Odirley. **O Caráter Militar das Polícias Militares**. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/arquivos/File/cultura/O_Carater_Militar_das_Policias_Militares.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2017.

VASCONCELOS, Jocleber Rocha. **Elementos para a interpretação constitucional da prisão disciplinar militar**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2742, 3 jan. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18187>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

VERONESE, Josiane Rose Petry; Da costa, Marli Marlene Moraes. **Violência doméstica: Quando a vítima é criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar**. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

ZAVERUCHA Jorge. **Instituições coercitivas armadas, falta de Estado de Direito e semidemocracia brasileira**. In: Segurança Pública e Democracia. Brasília: Ed. Câmara dos Deputados, 2011. p. 93-116 . Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/Bdcamara/6124/seguranca_publica_democracia.pdf?sequence=4. Acesso em: 04 jan. 2017.

_____. Jorge. **O papel da ouvidoria de polícia**. Sociologias. Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun/dez, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e Política**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LISTA DE SIGLAS

BM - Brigada Militar
CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DARAK - Forças de Gendarmeria Jordaniã
EUROGENFOR - Força de Gendarmerie Europeia
EPU - Exame Periódico Universal
FBI - Federal Bureau of Investigation
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIEP - Forças Policiais com Status de Militares
GLO - Garantia da lei e da ordem
GNR - Guarda Nacional Republicana
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IGAI - Inspeção-Geral da Administração Interna
LSI – Lei de Segurança Interna
MAI - Ministério da Administração Interna
OSP - Observatório de Segurança Pública
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PSP - Polícia de Segurança Pública
R-200 - Regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
STF – Supremo Tribunal Federal